

TERRA INDÍGENA PANARÁ

RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO

PORTARIAS N°S 0834/94 E 0910/94

ANA GITA DE OLIVEIRA
ANTROPÓLOGA
DID/DAF/FUNAI

BRASÍLIA - DEZEMBRO DE 1994

INDICE

- ROTEIRO E CRONOLOGIA	
I - HISTORIOGRAFIA PANARA	1
a) Os Cayapó do Sul e os Panará	1
b) Os cayapó do Sul e os Panará: Séculos XVIII e XIX...	5
II - CRONOLOGIA DO CONTATO	13
a) Antecedentes Contemporâneos	13
b) O Contato	20
c) A Transferência para o Parque do Xingú	27
d) Os Panará no Parque Indígena do Xingú	30
III - ORGANIZAÇÃO SOCIAL PANARA	33
IV - O TERRITORIO TRADICIONAL PANARA.....	37
a) Arqueologia e Memória Oral	41
V - OCUPAÇÃO DO TERRITORIO TRADICIONAL DOS PANARA.....	44
VI - A IDENTIFICAÇÃO DA TERRA PANARA.....	49
a) Perigo de Invasão	53
VII - SITUAÇÃO ATUAL	55
VIII - OCUPAÇÃO NÃO INDIGENA	58
IX - CARACTERISTICAS GEOGRAFICAS DA AREA	60

X - CONCLUSÃO E PROPOSTA PARA A TERRA INDIGENA PANARA.....	62
XI - BIBLIOGRAFIA	66
XII - MEMORIAL DESCRITIVO TERRA INDIGENA PANARA	69
XII - ANEXOS	
a) Documentos	
b) Depoimentos	
c) Censo Populacional	
d) Fotografias	
e) Mapas	

ROTEIRO E CRONOLOGIA

20/9/94 - Saída de Brasília com destino à aldeia Kayapó Kubenkokre, em avião da FUNAI (SENECA), às 9:30 horas. Chegada à São Félix do Araguaia, às 15:00 horas, para abastecer a aeronave. Pousou em São José do Xingú onde ficou um integrante da equipe para comprar rancho e combustível para o motor de barco. Pousou na pista do Posto de Vigilância do Xingú - PIV para embarcar Tesséa e Possuá, ambos Panará. Chegada à aldeia Kayapó Kubenkokre às 15:00 horas. Retorno da aeronave para São José do Xingú.

21/9/94 - Chegada à Kubenkokre dos outros integrantes do G.T. (Portaria No. 0834/94 - FUNAI de 19 de Setembro de 1994 e Portaria PP No.0910 de 11 de Outubro de 1994), Orison Leite Ramalho com os suprimentos, Ake Panará e intérprete Kiompé Panará. Reunião realizada entre o G.T. da FUNAI, os Panará e os Kayapó para acertar os preparativos da viagem à aldeia Panará, no Rio Iriri.

22/9/94 - Aldeia Kayapó Kubenkokre. Continuação das negociações entre os Kayapó, Panará e FUNAI para aluguel de barco.

23/9/94 - Início da viagem fluvial à aldeia Panará, localizada no Rio Iriri, às 15:00 horas. Parada às 17:30 horas para pernoite.

24/9/94 - Saída do acampamento às 7:00 horas. Parada para pernoite às 17:30 horas.

25/9/94 - Saída do acampamento às 7:00 horas. Parada para pernoite na Cachoeira Grande às 17:00 horas.

26/9/94 - Prosseguimento da viagem às 8:30 horas. Parada às 10:40 para registro das coordenadas geográficas no limite da Terra Indígena Kayapó. Parada às 11:00 horas, aproximadamente, para registro das coordenadas geográficas do início da Terra Indígena Panará. Parada para pernoite às 18:00 horas.

27/9/94 - Saída do acampamento às 7:30 horas. Encontro com os Panará residentes na Aldeia Panará do Rio Iriri que desciam o Rio para pescar. Parada às 13:00 horas, aproximadamente, para registro das coordenadas geográficas da foz do Rio Krepú, tributário do Rio Iriri. Chegada à aldeia Panará/Nasepotide (Rio Iriri). Reunião com os Panará presentes na aldeia para falar sobre o trabalho de Identificação da Terra Indígena Panará.

28/9/94 - Permanência na aldeia Panará/Nasepotide para reconhecimento e medição da Pista de Pouso em construção. Trabalho de localização cartográfica dos mananciais de caça, pesca e coleta, bem como as trilhas utilizadas pelos Panará em toda a extensão da área. Reunião com os Panará para mais esclarecimentos sobre o trabalho de identificação e delimitação realizado pela FUNAI.

29/9/94 - Retorno da aldeia Panará para a aldeia Kayapó Kubenkokre. Saída às 7:30 horas com destino à Kubenkokre. Parada para pernoite às 18:00 horas.

30/9/94 - Saída do acampamento às 7:00 horas. Às 7:30 passagem pelo encontro do Rio Ipiranga com o Rio Iriri, no limite da Terra Indígena Kayapó.

1/9/94 - Chegada da equipe à aldeia Kayapó Kubenkokre, às 13:00 horas aproximadamente. Primeira notícia, pelo rádio de Kubenkokre, sobre a chegada de homens brancos armados na aldeia Panará - Rio Iriri.

2/9/94 - Tentativa de fazer contato pelo rádio com FUNAI/Brasília para pedir avião com o objetivo de sobrevoar a aldeia Panará - Rio Iriri e para completar a segunda etapa da identificação com o sobrevôo pelos limites geográficos da área Panará. Deslocamento da coordenadora do G.T./FUNAI para São José do Xingú. Contato telefônico com Brasília e compras de rancho para a equipe e os Panará sediados em Kubenkokre. Retorno da coordenadora para Kubenkokre.

3/9/94 - Aldeia Kayapó Kubenkokre. Tentativa de contato, pelo rádio de Kubenkokre com Brasília e Redenção onde se encontrava o avião da FUNAI, em revisão.

4/9/94 - Aldeia Kayapó Kubenkokre, à espera do avião da FUNAI para completar o trabalho de identificação e delimitação.

5/9/94 - Chegada do avião da FUNAI, às 16:45 horas, na aldeia Kayapó Kubenkokre.

6/9/94 - Início do sobrevôo na Terra Indígena Panará às 7:30 horas. Sobrevôo sobre a aldeia Panará/Nasepotide (Rio Iriri). Sobrevôo sobre o Rio Ipiranga até suas cabeceiras na Serra do Cachimbo. Partindo deste ponto sobrevôo nos limites da Terra Indígena Panará com o município de Guarantã do Norte. Sobrevôo na antiga aldeia Panará de Sonkanasan. Tempo de sobrevôo em toda a área Panará: três horas aproximadamente. Retorno à Kubenkokre. transporte dos Panará até o Posto de Vigilância do Xingu - PIV. Retorno da aeronave à Kubenkokre para embarcar a equipe da FUNAI. Retorno para Brasília. Chegada em Brasília às 18:00 horas.

RELATÓRIO PANARA

Ana Gita de Oliveira
Outubro/Novembro - 1994

I - HISTORIOGRAFIA PANARA

a) Os Cayapó do Sul e os Panará

A história dos Panará se insere no processo de ocupação e colonização das Províncias de Goiás e Mato Grosso, mais notadamente, com a descoberta de ouro e o consequente início do processo de contato entre "índios" e "brancos" - entre os Cayapó e os colonizadores europeus.

Há na literatura antropológica e nos registros linguísticos, fortes evidências de que os atuais Panará seriam os últimos descendentes de um grupo étnico maior, conhecido pelos cronistas dos séculos XVIII e XIX como os "Kayapó do Sul". No presente

¹A classificação das etnias brasileiras produzida por Paul Ehrenreich (1892), dividiu os povos de língua Jê em: Jê Orientais, Jê Centrais e Jê Ocidentais. "Entre os primeiros incluiu os Botocudos; entre os segundos os Cayapó e Xavante e entre os terceiros os Suyá. Dividiu também os cayapó em três grupos: do norte, do sul e ocidentais. Entre os do norte incluiu os Xicrin, Gradaú, Gavião, Apinajé, Kraho e demais Timbira; entre os Ocidentais englobou os Suyá e os Akwe; no grupo sul, incluiu os cayapó e os Kaingang." (Giraldin, O. - 1994:20). Curt Nimuendajú (1982), que seguiu esta classificação afirmou que: "O nome Kaiapó foi dado, na segunda metade do século XVII, a uma tribo gê que ocupava uma grande área no sul de Goiás (afluentes da margem direita do Parnaíba e formadores do Araguaia), no Sudeste do Mato Grosso (afluentes da margem direita do Paraná até o Rio Pardo-Nhanduí, Alto Taquari e Piqueri-Correntes), no Noroeste de São Paulo e no Triângulo Mineiro. Depois de lutas prolongadas, a tribo reconciliou-se em Goiás em 1780, e em 1910 estava reduzida a umas trinta e tantas pessoas que moravam em ambas as margens do Rio Grande, abaixo do Salto Vermelho (...). Hoje [1940] os Kaiapó Meridionais desapareceram como tribo." (Nimuendajú, C. - 1982:219). Castelnau (1949), contrariamente à

Machado de Oliveira (1962) concordaram com a hipótese sobre a extinção dos Kaiapó Meridionais. Francis Castelnau (1949), Machado de Oliveira (1962) e Mário Neme (1969) refutaram a hipótese de que os Kaiapó do Sul tivessem sido extintos. (in Giraldin, O. - 1994).

século esta hipótese encontra ressonância em Richard Heelas (1979), Stephan Schwartzman (1988), Aryon D'Alignia Rodrigues (1992), Odair Giralдин (1994), principalmente.

Segundo S.Schwartzman (1992): "A prova central está em duas listas de palavras recolhidas por Auguste Saint-Hilaire e Johan Emmanuel Pohl, em meados do século passado, no aldeamento de São José de Mossâmedes, na província de Goiás. Tão grande é o grau de correspondência entre estas listas e a língua Panará que outra hipótese, senão a da identidade dos Panará com os Caiapó do Sul, é praticamente excluída." (S.Schwartzman - 1992:9). Mais adiante o autor afirma que: "A mais cuidadosa das duas listas, a de Saint-Hilaire contém 33 palavras, das quais 27 são aparentemente Panará. Por exemplo, na lista de Saint-Hilaire, a palavra caiapó para "indio" é "panaria" obviamente o equivalente a "panará." (Schwartzman, S. - 1992:9).

Auguste de Saint-Hilaire, cronista que viajou pela Província de Goiás, visitando em 1819, o aldeamento de São José de Mossâmedes, deixou registrado o seguinte: "Os portugueses deram, não sei porque, o nome de caiapós ou caiapós a esses índios. Pelo que me disseram, parece que aqueles dentre os seus que ainda vivem nas matas, não tendo na vizinhança nenhum outro povo indígena, não têm nome de nação, mas servem-se da palavra panariá

Nimuendajú, considerava serem os Caiapó Setentrionais uma "ramificação dos Meridionais que se refugiara para o Norte." (Castelnau in Nimuendajú - 1982:220). Robert Lowie (1946) e Darcy Ribeiro (1989) concordaram com a hipótese sobre a extinção dos Caiapó Meridionais. Francis Castelnau (1949), Machado de Oliveira (1862) e Mário Neme (1969) refutaram a hipótese de que os Caiapó do Sul tivessem sido extintos. (in Giralдин, O. - 1994).

para se distinguirem, como raça, dos negros e dos brancos: donde devemos concluir (...) que esse termo é posterior à descoberta, muito recente, do país, e que antes dessa época os coiapós se acreditavam provavelmente sós no universo." (Saint-Hilaire, A. - 1944:113).

Descrições sobre a cultura material também evidenciam a equivalência entre as identidades dos Cayapó do Sul e dos Panará. Informações sobre as flechas Cayapó, sobre a prática tradicional em curar dores de cabeça, sobre a cestaria e sobre a forma de cozinhar alimentos aquecendo pedras, compõem um conjunto de peças consistentes na confirmação desta hipótese.

As observações feitas pelos cronistas, nos séculos XVIII e XIX, e as descrições atuais sobre os hábitos Panará são conclusivas. Johan Emmanuel Pohl em 1832, visitou a Província de Goiás e descreveu as flechas Cayapó da seguinte maneira: "As suas flechas são compostas de várias canas de bambu de doze a quinze polegadas de comprimento, graciosamente reunidas por meio de delgadas trepadeiras. A ponta é feita de um junco, que trazem de longe, ou de um pedaço de madeira dura, de doze polegadas de comprimento, com farpas entalhadas. Destas últimas se servem especialmente para matar macacos, para que estes não possam retirá-las das feridas. Para apanharem pássaros vivos eles têm flechas apropriadas, cuja extremidade termina numa cabeça roma, da qual o pássaro recebe um golpe, que o atordoa, e cai, sendo então apanhado com as mãos." (Pohl, J.E. - 1951:365/366).

Pohl descreveu também o método de escarificação utilizado

para curar dores de cabeça. Segundo o autor: "Quando têm dor-de-cabeça, escarificam a testa por meio de um pequeno arco, com oito polegadas de comprimento. A flecha tem na ponta uma farpa de quartzo com saliência em forma de botão, a fim de que a farpa não penetre mais do que o necessário. Com o mesmo instrumento, que se chama Kutuschná, sabem sangrar bem e corretamente as veias." (Pohl, J.E. - 1951:366).

Quanto à prática de cozimento, Saint-Hilaire (1944[1819]) e Pohl (1951[1832]), descreveram de maneira semelhante o que segue: "Puseram no chão, bem juntos uns dos outros, seixos do tamanho de um punho e sobre eles fizeram uma grande fogueira, que foi alimentada até que as pedras ficassem candentes. Então o fogo foi retirado rapidamente e a carne posta sobre as pedras aquecidas e cobertas com grandes folhas de árvores. Três horas depois retiraram essa cobertura cuidadosamente e a carne, que estava bem assada e tenra, foi então consumida com voraz apetite." (Pohl, J.E. - 1951:364).

Mais recentemente, R. Heelas (1979) e S. Schwartzman (1988) retomaram estas descrições e, comparando-as com os hábitos dos atuais Panará, encontraram forte semelhança entre esses e os Cayapó do Sul. De fato, é difícil não pensar que os Panará sejam os descendentes atuais dos Cayapó do Sul, que ocupavam um vasto território que se estendia do Rio Parnaíba, em São Paulo, até Goiás e Mato Grosso. Para S. Schwartzman (1988), "é provável que os Panará do Peixoto de Azevedo representem os cayapó não assimilados, empurrados para fora de Goiás e sul de Mato Grosso,

no final do século XVIII e início do XIX, no sentido norte. Há na tradição dos Panará muitas informações referentes ao movimento migratório de seus ancestrais que vieram do leste, de uma região de campo aberto para outra, de floresta fechada, como a da área circunscrita pelo Rio Peixoto de Azevedo. Dizem ainda que à leste, onde moravam seus ancestrais, havia muitos inimigos (hi'pe), enquanto que à oeste não. Estas tradições são compatíveis com a história escrita sobre os Cayapó do Sul." (Schwartzman, S. - 1988:286). (tradução minha).

b) Os Cayapó do Sul e os Panará: Séculos XVIII e XIX²

Fontes documentais mostram que a ocupação dos sertões de Goiás e Mato Grosso feita, mais intensivamente, a partir dos séculos XVIII e XIX pelas Bandeiras paulistas, se deu em meio à violentos conflitos envolvendo, principalmente, os Cayapó. Saint-Hilaire (1944[1819]), registrou a colonização de Goiás, no início do século XIX, da seguinte maneira: "Mal se descobriu a província de Goiás, começou a guerra entre os aventureiros paulistas e os índios coiapós, que habitavam, ao sudoeste da província, vastas solidões ainda quase desconhecidas. De ambos os lados, essa guerra se fazia com igual crueldade." (Saint-Hilaire - 1944:105/106).

Remonta à 1722 o contato entre os Cayapó e a sociedade colonial, quando foram descobertas, por Bartolomeu Bueno da Silva

²O etônimo Cayapó utilizado ao longo do texto se refere aos "Cayapó do Sul" ou "Cayapó Meridionais".

(o Anhanguera), as minas de ouro na região do Rio Vermelho, em Goiás. Segundo Odair Giralдин (1994), "os Cayapó foram atingidos por duas frentes de expansão desde o início do século XVIII. Primeiramente foram os mineradores que se instalaram em pontos específicos do seu território em busca de ouro e pedras preciosas, resultando daí um tipo de conflito marcado por enfrentamentos que tinham como objetivo (...), afugentar e expulsar os indígenas, empurrando-os mais para o interior dos territórios não cobigados pelos mineradores." (Giralдин, O. - 1994:54)

Em segundo lugar, já em fins do século XVIII e início do XIX, ao declínio da atividade garimpeira seguiu-se o estabelecimento das atividades ligadas à agricultura e à pecuária. Resultou daí uma nova forma de ocupação da terra, que criou condições para o surgimento de novas modalidades de conflito. No contexto da "ruralização" (Giralдин-1994:54) das atividades tornava-se necessário retirar os índios das áreas importantes para a criação de gado. Os conflitos perduraram até o final do século XIX.

Nos séculos XVIII e XIX, o território Cayapó se estendia "do sul/sudoeste dos atuais Estados de Goiás, Triângulo Mineiro, parte do norte de São Paulo, leste do Estado do Mato Grosso e leste/sudeste do Estado do Mato Grosso do Sul. Ao sul, seu limite era o rio Pardo, afluente da margem direita do Paraná; a leste, desde o rio das Velhas, no Triângulo Mineiro, até Anápolis; a norte, a serra Dourada, próxima à cidade de Goiás, antiga capital

de Goiás e a oeste as cabeceiras do rio Piquiri e Taquari em Mato Grosso do Sul." (Giraldin - 1994:55).

Informações cartográficas e linguísticas, dos séculos XVIII e XIX, demonstram que a região ocupada pelos Cayapó era vasta e que, provavelmente, tinham por vizinhos os Kadiwéu (Guaykuru), os Paiaguá (Guaykuru) e os Kaingang (Jê) ao sul; os Xacriabá (Jê), os Akroá e os Araxá ao norte; os Goiá (Jê), os Crixá, os Xavante e os Avá-Canoeiros a leste; os Bororo a oeste. (in Giraldin-1994). Os Bororo foram utilizados na guerra que o governo colonial empreendeu contra os Cayapó, principalmente, por Antonio Pires de Campos, permitindo: 1) a abertura dos caminhos que levavam à Goiás e 2) o comércio com a Capitania de São Paulo. (in Giraldin - 1994:57)³.

Existiram, basicamente, duas regiões (ou dois "caminhos"), onde a ocorrência de conflitos entre os Cayapó e a sociedade colonial, foram mais intensos: o "Caminho de Cuiabá" e o "Caminho de Goiás". Entre Cuiabá e São Paulo os confrontos ocorriam, com mais frequência, às margens do Rio Pardo, "no local (...) descrito como Camapuã." (Giraldin - 1994:59).

Na primeira metade do século XVIII as informações sobre os confrontos entre os Cayapó e a Sociedade Colonial se caracterizavam como "descimentos", com equivalência ao que ocorria com as populações indígenas na Amazônia. Durante a

³Data de 1723 a primeira fonte documentada sobre os Cayapó. Contém informações sobre seu território e população. Para informações mais detalhadas ver Odair Giraldin - 1994 e Stephan Schwartzman - 1988.

segunda metade do século XVIII "as bandeiras organizadas contra os Cayapó não tinham mais esta característica de descimentos, principalmente da forma como era praticada no Pará e Maranhão (...) onde inúmeros grupos indígenas forneciam mão de obra para realizar trabalhos para os moradores e para os jesuítas. No caso Cayapó, já não era mais com esta intenção que se formavam as bandeiras. Por serem considerados extremamente hostis, na maioria das vezes a ordem era para matar todos os homens que pudessem pegar em armas (...)." (Giraldin - 1994:65/65).

Ao final do século XVIII, como consequência do avanço das frentes pioneiras, se tem as primeiras notícias sobre alteração na distribuição e movimentação da população Cayapó. De modo geral, inicia-se um movimento de recuo das populações indígenas no sentido leste-oeste, inclusive os Cayapó, que permanecem nestas áreas recuadas até o século XIX. (in Giraldin - 1994).

O "Caminho de Goiás" conduziu os bandeirantes, do final do século XVIII e início do XIX, à se estabelecerem por quase toda a região central do Brasil, sobretudo após a descoberta de ouro. Como o "Caminho" anterior, a principal via de comunicação entre a região de Goiás e a Vila de São Paulo, produziu violentos conflitos envolvendo os Cayapó e a sociedade colonial. "Foi na região do atual Triângulo Mineiro que ocorreram os maiores embates da guerra travada entre eles e os "brancos"." (Giraldin - 1994:68).

Estes conflitos se estendiam na região do rio Araguaia, também território tradicional Cayapó, mais precisamente, entre os

rios Pilões e Claro. Neste local foram descobertas, no início da colonização, minas de diamantes.

"Em 1738, D. João V, ordenou que se criassem "companhias de soldados" para proteger os moradores dos ataques Cayapó." (Giraldin-1994:70). Em 1740, o governador da Capitania de São Paulo decidiu fazer guerra contra os Cayapó. "Além de autorizar a população a atacar e escravizar os índios capturados, D. Luís criou ainda duas companhias de soldados que tinham a incumbência de atacar os Cayapó." (Giraldin - 1994:71).

Inicia-se o período das chamadas "Guerras Justas".⁴ Justificava o empreendimento a "hostilidade verificada na ação guerreira dos índios contra os "brancos" invasores. A continuidade nos conflitos entre Cayapó e a sociedade colonial levou o capitão general de São Paulo a contratar Antonio Pires de Campos, em 1742, para "que ele, com o auxílio de 120 Bororo, atacasse os Cayapó do Rio Claro. (...). Dels resultou a destruição da aldeia e a morte de cerca de 16 e o aprisionamento de mais 32 Cayapó." (Giraldin - 1994:74). Em outras palavras: "Em 1742, o bandeirante Antonio Pires de Campos, contratado pelo

⁴ Giraldin (1994) afirma que: "Guerra Justa" era um conceito teológico e jurídico com raízes no direito de guerra do período medieval. Estabelecia as circunstâncias em que seria lícito aos cristãos fazerem guerras, principalmente contra os mouros (...)." (Giraldin, G. - 1994:72). Segundo Hannah Arendt (1990) "devemos voltar para a Antiguidade romana, para encontrarmos a primeira justificação da Guerra, juntamente com a primeira noção de que existem guerras justas e injustas. No entanto, as distinções e justificações romanas não diziam respeito à liberdade, nem estabeleciam nenhuma diferença entre guerras ofensivas e guerras defensivas. "A guerra que é necessária é justa", dizia Livio, "e abençoadas são as armas quando só nelas reside a esperança." (Arendt, H. - 1990:10).

Governador (...) deflagrou uma guerra sangrenta contra os Cayapó em Goiás. Segundo Alencastre, mil Cayapó foram capturados numa só campanha de três meses (...). Outras fontes calculam que até 8.000 Cayapó foram escravizados nas primeiras guerras com os bandeirantes de São Paulo." (Schwartzman, S. - 1992:91).

"No período de cinco anos, entre 1746 e 1751, Antonio Pires de Campos será o pivô dos conflitos com os Cayapó. A estratégia era transferir um determinado número de grupos Bororo, aldeando-os dentro do território Cayapó. (...) primeiramente Antonio Pires de Campos levou cerca de 120 Bororo da região de Cuiabá para Goiás, os quais foram instalados na aldeia de Santana do Rio das Pedras. (...) Em 1748, Antonio Pires de campos voltou para o Mato Grosso, onde atacou e dominou mais uma aldeia Bororo inteira (...), transferindo-a para o "Caminho de Goiás" e fundando a aldeia do Lanhoso (...)." (Giraldin 1994:78/79).

A empresa bélica que se estabeleceu contra os Cayapó perdurou ainda por muitos anos. De um lado os Cayapó respondendo à invasão de seu território com ataques aos núcleos populacionais que se iam estabelecendo nos sertões de Goiás. Por outro lado os governos e moradores das capitâneas de Goiás e São Paulo se organizavam em milícias para atacar as aldeias Cayapó.

Outras táticas de contato e pacificação começaram a ser utilizadas pelos governos das capitâneas. Após cinquenta anos de conflitos sangrentos, um grupo Cayapó foi aldeado. Johan Emmanuel Pohl, no século XIX, registrou o seguinte acontecimento: "Fêz época, na história de Goiás, a feliz incursão realizada no ano de

1870 contra os até então indomáveis Caiapós. Com apenas cinquenta companheiros, um índio por ele próprio criado e mais dois outros, um soldado raso, de nome Luís, que participara de várias expedições semelhantes, levou a cabo intrepidamente a temeridade de penetrar nas selvas habitadas por essa raça primitiva (...). Deixou-se induzir um velho índio com seis guerreiros, que, com as mulheres e filhos, perfaziam trinta e seis pessoas. Chegados a Vila Boa, foram recebidos com toda pompa e solenidade (...). Foi cantada Te Deum na igreja (...). No fim de Maio de 1781, entraram na capital, sob a direção de dois caciques, 237 índios. Tiveram recepção tão brilhante como a que foi descrita (...). Com a pompa foram batizadas 113 crianças (...). (...) pouco depois chegaram 88 Cayapós e mais tarde outros 200 que, somados aos primeiros, perfaziam o número de 600 pessoas atraídas." (Pohl, J.E. - 1951:316/317).

Foi a primeira redução Cayapó. O governador da capitania de Goiás mandou erguer um aldeamento chamado Maria I. "Todavia", afirmou Saint-Hilaire "desde que os Javaés e os Carajás se extinguíram, a Aldeia de São José ficara vaga. Como está um pouco menos afastada da capital do que a Aldeia Maria, julgou-se, com acerto, que seria mais econômico abandonar esta última povoação, e, quase já nos nossos dias [1819] mudaram-se os cayapós para São José, apesar do apêgo que tinham pela primitiva residência." (Saint-Hilaire, A. - 1944:106/107). Mais adiante comenta o cronista: "Acostumados, nas florestas, a dormir sob choças onde não era possível entrar sem se abaixar, os índios acharam muito

frias as casas altas e cobertas de telhas em que queriam alojá-los, e eles próprios construíram outras muito baixas, a poucos passos da aldeia. O teto destas últimas é de sapé; a estrutura é feita à maneira das casas dos mazombos, com esquepes verticais fixos na terra e longos bambus presos transversalmente a esses esquepes por meio de cascas flexíveis (embiras) (...) os coiapós contentam-se em passar fôlhas de palmeira, como o fazem outros índios que procuram imitar construções européias. As choupanas que os coiapós construíram próximo à aldeia são apenas em número de oito a dez: é uma légua de São José, nas suas plantações, que se encontra a maior parte dos moradores." (Saint-Hilaire - 1944:107/108).

Para Giralдин (1974), a conjugação de três fatores pode explicar a quebra da resistência Cayapó ante a invasão "branca" em seu território: 1) derrotas nas guerras contra as Bandeiras; 2) epidemia de variola e escassez de alimentos e 3) a ocorrência de uma forte seca que durou dois anos. "Naquele momento, os Cayapó estavam sofrendo ataques de bandeiras organizadas a partir das três capitâneas: Goiás, São Paulo e Mato Grosso. Esta situação deve ter causado muitas alterações na sua população tanto pelas mortes ocorridas pelos ataques dos "brancos", quanto pelos deslocamentos mais frequentes, necessários diante da nova situação. Em 1771 ocorreu uma epidemia de variola que atingiu toda a capitania de Goiás (...) e deve ter atingido também os Cayapó." (Giralдин - 1974:99/100).

Pohl (1951[1832]) fez o seguinte registro: "É notável que

êstes índios sejam isentos de papo, de que se acham acometidos quase todos os europeus e negros residentes na aldeia. De outra parte, sofrem êles de umas bexigas, em parte semelhantes às nossas, que são acompanhadas de febre violenta e causam grande mortalidade⁵.

Como descreveu Saint-Hilaire (1944[1819]): "No mesmo local que habitavam os Coiapós, por ocasião da minha viagem, tinham vivido, como já se viu, outros índios, os ^{acra}acra, depois os carajás e os javaés; cinquenta anos bastaram para fazê-los desaparecer a todos, e, em trinta os próprios coiapós foram reduzidos de seicentos, que eram inicialmente, a duzentos. Novas imigrações de indivíduos completamente selvagens, se tiveram lugar, (...), terão podido prolongar a existência da Aldeia de São José: mas terão acelerado o aniquilamento de todo o povo, e, brevemente, o viajante que procurar essa aldeia não achará mais do que ruínas e a continuação de um deserto." (Saint-Hilaire - 1944:118/119). Mas apesar dos embates e das derrotas sofridas, "tôda essa boa gente tinha um ar de contentamento e alegria que jamais se vêem nos tristes goianos." (Saint-Hilaire - 1944:113).

11 - CRONOLOGIA DO CONTATO

a) Antecedentes Contemporâneos

⁵Por papo Pohl se referia, provavelmente, à uma doença que produz o aumento do volume do pescoço provocado por diversas causas, especialmente o bócio, até hoje muito comum por todo o estado de Goiás. Bexiga é o nome popular da varíola.

As primeiras notícias sobre os Panará, descendentes dos Kayapó do Sul refugiados nas reduções, datam de 1947 quando os Kayabi tiveram uma de suas aldeias atacadas por uma gente que habitava a região do Rio Peixoto de Azevedo, afluente da margem direita do Rio Teles Pires. (in Marcopito - 1979).

Também os Kayapó haviam tido confrontos com os Panará e por estranharem o hábito com que mantinham os cabelos cortados os chamaram de Kreen-Akarore. "Além de padrinhos de batismo" e adversários habituais, os Txukahamãe [Kayapó] mantinham outro ponto de ligação com os Kreen-Akarore: um jovem refém, aprisionado quando criança e que agora, adulto, circulava pela aldeia Txukahamãe com a insólita estatura de 2,03 m. Esse troféu de 203 centímetros, somado ao relato unilateral da História, cultivou a crença dos misteriosos Índios Gigantes." (Marcopito - 1979:38).

No início da década de 50, os Irmãos Villas Boas, pela primeira vez, avistaram os Panará. "Seria somente a partir da abertura da base da Força Aérea Brasileira na Serra do Cachimbo, em 1951, pela expedição Roncador-Xingu da Fundação Brasil Central, que contatos documentados entre os Panará e a sociedade envolvente ocorreriam. Os Irmãos Villas Boas, funcionários da Fundação Brasil Central na época, dizem ter visto, em sobrevôo, oito aldeias de índios isolados na região do Peixoto de Azevedo em 1950, que depois identificaram como aldeias Panará (...). Acharam que devido ao isolamento da região, não havia necessidade de montar expedições de contato naquela época." (Schwartzman, 5. -

1992:3)

Em 1961, a morte do geógrafo inglês Richard Mason, nas cabeceiras do Rio Iriri, em uma expedição conjunta entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a Royal Geographical Society para abrir picada entre a cabeceira do Rio Iriri e a Base do cachimbo, destacou a presença Panará na imprensa. As flechas e bordunas deixados pelos índios no local foram identificados pelos Mekragnotí Kayapó como pertencentes a seus tradicionais inimigos os Krenakore ou Panará. (in Schwartzman - 1992).

Em 1967, o Serviço de Proteção ao Índio - SPI organizou uma expedição chefiada por Francisco Meirelles que, partindo de Cachimbo em direção ao sul, tentou, em vão, encontrar os Panará. Com a extinção do SPI foram suspensas as atividades e, por conseguinte, desativada a expedição. (Relatório A. Campinas - 1973).

Ainda em 1967, um grupo Panará se aproximou da Base Aérea de Cachimbo despertando pânico entre seus militares. Como resultado desta aproximação a Força Aérea Brasileira convidou os Irmãos Villas Boas para que organizassem uma expedição de contato. Além desse fato, em 1968, os Villas Boas souberam que os Mekragnotí haviam atacado a aldeia Panará de Sonkanasan, utilizando, pela primeira vez, armas de fogo obtidas com um missionário. Neste ataque morreram 26 Panará.

Em 1968, segue a primeira expedição comandada pelos Irmãos Villas Boas que, partindo de um ponto no Rio Manisauá Missu,

abriu uma picada até o Rio Peixoto de Azevedo, onde foram construídas duas pistas de pouso. Ao avistarem a expedição se aproximando da aldeia os kreen-Akarore a queimaram, se deslocando para uma área à jusante do rio Peixoto de Azevedo. A expedição abriu 90 Km de picada na mata, encontrando, apenas, aldeias e roças com indícios de abandono recente. Claudio Villas Boas permaneceu, ainda, por cinco meses no local, sem que tivesse qualquer sinal dos Panará. Em Janeiro de 1969, foi desativada. (in Marcopito 1979).

Stephan Schwartzman (1992) assim se referiu a este momento do contato: "O Claudio e Orlando Villas Boas souberam do ataque de 1968 através dos Kayapó, e começaram a montar uma expedição de contato. Sobrevoaram a área indicada pelos Ketragnoti, e localizaram a aldeia queimada, Sonkanasan. Na sequência localizaram outras aldeias e jogaram os brâncos de avião. Ainda em 1968 conseguiram cortar picada do Rio Manitsauá Missu, no parque do Xingú, até o Peixoto de Azevedo. Encontraram a aldeia Sosenasan, já abandonada, mas não lograram fazer contato." (Schwartzman, S. - 1992:18).

As expedições foram registradas em crônicas e publicadas nos informativos da FUNAI. Em uma delas encontra-se a seguinte descrição: "Essa tribo, cuja primeira tentativa de atração foi realizada em 1968 e interrompida meses após para ser reiniciada em Janeiro de 1972, segundo observação dos irmãos Villas Boas é seminômade, entrando agora na fase de aldeísmo. Os kreen-Akarore são exímios caçadores e parecem derivar de um grupo macro-Jê."

(Boletim Informativo - FUNAI/1972:55). Compunham ainda a frente de atração um Txikão, um Juruna, um Trumai e um Suiá (Jê).

Em 1970, os Panará queimaram suas aldeias, abandonaram suas roças e se dirigiram para a rede de drenagem do rio Peixoto de Azevedo. Neste mesmo ano, durante o governo do General Médici, a FUNAI assinou convênio com a SUDAM objetivando a "pacificação de trinta tribos indígenas na área projetada para a construção da Rodovia Transamazônica." (Relatório de Viagem /1992 O.S. No.130 de 18/11/92). Foram contatados dois grupos: os Parakanã e os Kræen-Akarore.⁶

Os estudos preliminares da estrada BR 165, ligando Cuiabá a Santarém, indicaram que a área habitada pelos Panará seria atingida. Por essa razão, em 1971, a COAMA-FUNAI organizou uma nova expedição que, partindo de Cachimbo e seguindo rumo sul, chegou ao Rio Peixoto de Azevedo⁷. O sertanista Claudio Villas

⁶Na década de 70, durante os governos de Garrastazu Médici e, posteriormente, Ernesto Geisel foram criados dois planos. O primeiro chamado Plano de Integração Nacional - PIN, que financiou grande parte dos projetos destinados à ocupação de áreas consideradas, pela geopolítica militar, como "espaços vazios." Nesse sentido, forneceu, através da Coordenação da Amazônia - COAMA/FUNAI, recursos para o trabalho de atração de índios arredios ou isolados e projetos que objetivaram a assistência à grupos indígenas já contatados. O segundo, em 1974, chamado II Plano Nacional de Desenvolvimento ou Polamazônia previa a criação de pólos de agropecuária e mineração, promovendo a ocupação e integração, com base na exploração de madeira, de minerais e a implantação de projetos agropecuários. Tanto o PIN como seu sucessor Polamazônia inseriram-se no ideário geopolítico militar de "integrar" o país e "vertebrar" a Amazônia com a construção de rodovias.

⁷A Coordenação da Amazônia - COAMA foi criada através de Portaria No.93/N, em 12 de Dezembro de 1972, na gestão do Presidente da FUNAI Oscar Jeronymo Bandeira de Mello. Teve por finalidade o planejamento, a execução, a coordenação e o controle

Boas foi designados para a nova missão. No percurso a expedição localizou quatro aldeias Panará, nas proximidades do entroncamento entre as rodovias Cuiabá-Santarém e Xavantina/Cachimbo. Antigas aldeias queimadas haviam sido reocupadas. Em uma delas contou-se 36 roças de formato circular contendo batata-doce e uma espécie de milho pré-cobralino. (in Boletim Informativo FUNAI - 1972).

Porém, ainda amedrontados com o massacre ocorrido em 1968, os Panará fugiam ao contato. Como resposta às investidas dos inimigos (hi-pe) retiravam-se dos locais onde frequentemente, chegavam os brancos e os aviões. Havia, entretanto, uma discussão constante entre os Panará velhos e jovens: os primeiros argumentavam que os brancos eram selvagens bravos e que vinham para matar todos os Panará; os jovens defendiam que os presentes deixados pelos brancos (principalmente os cobiçados facões e miçangas) demonstrava que não eram bravos e que não pretendiam matar todo mundo.

Em 1972, a construção da BR 165 (Cuiabá-Santarém), avançava. Segundo Schwartzman (1992), "os Villas Boas retomaram a tentativa de fazer contato, essa vez saindo do cachimbo. Com a aproximação

das atividades de apoio ao complexo rodoviário contido no Plano de Integração Nacional - PIN, para a Amazônia Legal e outros projetos rodoviários que viessem ligar-se a esse complexo, considerado o âmbito específico da FUNAI. A COAMA substituiu a Coordenação Geral da Transamazônica - COTZ, também criada para apoiar os trabalhos de construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, tendo seus poderes de atuação ampliados, de modo a englobar todo o complexo rodoviário da Amazônia Legal e outras rodovias conexas, centralizando sua atuação e distribuição de recursos do PIN na FUNAI. A COAMA foi extinta através de Portaria No.614/N. de 30 de Novembro de 1979.

da estrada, já havia a iminência de conflitos. Avicós localizaram a aldeia Tôpayuron, e a maioria dos Panará se deslocaram para Yopuyupaw. Quando a estrada começou a chegar mais perto, uns voltaram para ver. Encontraram e mataram um topógrafo abrindo o traçado da estrada, e viram a expedição de contato. O Claudio Villas Boas se instalou no Rio Braço Norte, perto de Peixoto, e os Panará voltaram para Yopuyupaw, mas vieram frequentemente para pegar os bens deixados para atraí-los. Foi esse momento que Ake caracterizou como o momento quando "todos os Panará morreram." Com todos ou a grande maioria dos Panará juntos numa só aldeia estourou uma epidemia de (...) gripe, com sintomas de tosse dolorida, catarro, dores pulmonares e febre. Os Panará chamam esse momento "na tuk pirê ha" ("o tempo quando todo mundo morreu"). (Schwartzman, S. 1992:18).

O conhecimento que os sertanistas, responsáveis pela frente de atração, tinham sobre os hábitos dos Panará era limitado. Consistiam em hipóteses que se iam construindo a partir dos vestígios encontrados ao longo das picadas na mata e, principalmente, através de notícias trazidas pelos Kaiapó. Nesse sentido: "Orlando Villas Boas acha que os Kreen-Akarore são muito primitivos. Para abastecerem-se de água, utilizam ainda a folha de bananeira. Outra prova de primitivismo da tribo é o uso do machado de pedra. Uma única coisa ainda intriga os sertanistas: os grossos troncos de árvores encontradas em todas as aldeias Kreen-Akarore, alguns dos quais pesando mais de 300 quilos. Orlando Villas Boas admite que esses troncos podem representar o

número de homens que nascem na aldeia, os mais volumosos e pesados representando a hierarquia tribal." (Boletim Informativo FUNAI - 1972:51/52).

Na primeira metade do século XIX, Auguste de Saint-Hilaire, um naturalista, fez a seguinte observação: "Na frente de quase todas as casas de coiapós vi pedaços de grandes troncos de árvores, de dois a três pés de comprimento, que, escavados nas duas extremidades na parte central, terminam em cada uma por um bordo espesso, com cerca de duas a três polegadas de altura. Esses pedaços de pau, chamados touro, servem ao seu divertimento favorito. Um índio agarra o enorme pedaço de madeira, lança-o às costas e põe-se a correr com tôdas as suas forças; um segundo índio corre atrás do primeiro e quando o consegue apanhar, arrebatá-lhe o madeiro, coloca-o por sua vez às costas, sem interromper a corrida, e continua até ser substituído por terceiro (...)." (Saint-Hilaire, A. - 1944:123/124).

b) O Contato

"Mesmo sem qualquer contato visual foi iniciado o "namoro": presentes eram deixados em lugares estratégicos (...) havia grande expectativa (...). A estrada porém, avançava pelo outro

²O autor se refere aos chamados Cayapó do Sul dos quais os Panará seriam um segmento que, fugindo das frentes de ocupação nas Capitânicas de Mato Grosso e Goiás, seguiram em direção à Amazônia, até se instalarem na região do Rio Peixoto de Azevedo. Richard Heelas (1979), Stephen Schwartzman (1988) e Odair Giralдин (1994) concordam com essa hipótese.

lado (...) provocando o protesto dos Kreen-Akarore: o trabalhador de estrada foi flechado, aldeias e roças de novo abandonadas (...). Eis que no dia 8 de Fevereiro de 1973 estavam lá os Kreen-Akarore, do outro lado do rio, acenando para o definitivo encontro com o mundo caraíba (...)." (Marcopito - 1979:39/40).

Na versão do antropólogo S.Schwartzman (1992): "Claudio Villas Boas, apressado pela abertura iminente da estrada, já localizara a aldeia Tôpayuron, e se instalou nas redondezas. Quando os Panará resolveram voltar, no final de 1972, atraídos pelos bens, encontraram o Claudio os esperando. Em fevereiro de 1973 os Panará entraram no acampamento do Claudio Villas Boas no Rio Braço Norte, pouca distância da aldeia Tôpayuron. Em dezembro do mesmo ano, a estrada abriu." (Schwartzman.S. - 1992:19).

Foram contatados 140 Kreen-Akarore. "Estavam nus, alguns com o corpo inteiramente pintado com o negro extraído do genipapo, e na pele cicatrizes simétricas, queloidiformes, em número crescente com a idade, independente do sexo. Estavam alojados em 8 choças dispostas irregularmente (...). Não tinham redes nem cerâmica: dormiam na chão e transportavam água em talos de bananeira. Os alimentos eram preparados sem o uso do sal, enrolados em folhas de bananeira e assados sob pedras aquecidas. A batata-doce e a banana foram os alimentos mais abundantemente encontrados, cultivados em roças circulares com desenhos simétricos. Os kreen-Akarore usavam machado de pedra e pedaços de madeira aguçados para trabalhos cotidianos e, como armas, utilizavam arco, flecha de taquara e bordunas de sucupira e

palmeira. Maus nadadores preferiam regiões de igarapés às de rios caudalosos, onde a pesca sem embarços era praticável. No seu convívio não foram encontrados cães nem gatos, apenas cuatis e pequenos macacos." (Marcopito - 1979:40).

Em Abril de 1973, os Irmãos Villas Boas retornaram ao Parque Nacional do Xingú. O sertanista Apoena Meirelles assumiu a Frente de Atração consolidando o contato com os outros grupos Panará, indo até a aldeia próxima ao rio Braço Norte. Compunham ainda esta Frente de Atração seis índios Xavante, três Bororo e dois brancos. Em Setembro deste mesmo ano, Apoena Meirelles foi para a Frente de Atração dos Avá-Canoeiros, tendo sido substituído por Antonio de Souza Campinas que teve por incumbência consolidar o contato.

Em Dezembro de 1973, a abertura da estrada ao tráfego público atraiu a atenção dos Panará que passaram a fazer visitas frequentes. Uma de suas três aldeias, então conhecidas, localizada nas proximidades da BR 165, intensificava a presença Panará em suas imediações, trazendo doenças e mortes. Porém, as tentativas de transferência da aldeia, no sentido de evitar o contato que os ameaçava, não obtiveram sucesso⁷.

Em Janeiro de 1974, Valéria Parisi, antropóloga que esteve na Frente de Atração Peixoto de Azevedo, registrou a situação dos

⁷Em 1974, a imprensa registrou as péssimas condições de vida dos Panará. Uma denúncia feita por um funcionário da FUNAI responsabilizando o chefe da Frente de Atração pela introdução do homossexualismo entre os Panará, produziu um escândalo. O responsável pela frente de Atração foi demitido em Maio de 1974 e o caso, mais uma vez, chamou a atenção para a forma devastadora que o contato vinha assumindo.

Panará da seguinte maneira: "Os índios Kreen-Akarore estão subdivididos em 3 aldeias atualmente conhecidas, uma das quais ainda isolada. (...). a) Aldeia Norte: aldeia que se encontra a 50 Km via fluvial do Posto de Atração e a 4 Km de caminho na margem direita do Braço Norte do Rio Peixoto de Azevedo, dentro da área interdita. b) Aldeia Sul: aldeia que se encontra na margem esquerda do braço sul do Rio Peixoto, ainda em contato e localizada fora da área interdita. c) Aldeia Nova: aldeia que contactamos no dia 10 de Dezembro, localizada fora da área interdita, a 12 Km do Posto de Vigilância ou a 18 Km da ponte sobre o Rio Peixoto (12 de estrada e 6 de caminho). É possível a existência de uma quarta aldeia, que poderá ser confirmada através de sobrevôo." (Valéria Parise - 1974:3/4).

Mais adiante, Parise (1974) afirma que a FUNAI atuava, à época, em duas frentes de trabalho: a primeira localizada à margem esquerda do braço sul do Rio Peixoto de Azevedo, no local onde se realizou o primeiro contato, chamado "Posto de Atração Peixoto de Azevedo." A segunda localizada no Posto Arrastão, acampamento do 9o. BEC, à margem da BR 165, no entroncamento com a BR 080, chamado "Posto de Vigilância - P.V.". Ai foram encontrados 35 Kreen-Akarore, dos quais 25 procedentes da Aldeia Norte, que foram trazidos para o Posto de Atração da estrada, 10 da aldeia sul que foram convencidos a se fixarem no P.A. e 2 crianças que haviam sido entregues ao Posto de Atração. (in Parise, V. - 1974).

Entre os resultados do contato ainda recente Parise

destacou: "Nota-se, então, uma grande tristeza e melancolia nestes índios que vivem numa atitude de espera, tendo um comportamento artificial, devendo adaptar-se continuamente à vida do acampamento e às decisões do sertanista. Ademais, não se pintam mais como antigamente, deixam puxar os cabelos para cortá-los como os dos Xavantes que ali trabalham, andam semi-vestidos, alguns dormem em redes e, durante as noites, para animar o acampamento, a equipe promove danças e cantos Xavantes, que os Kreen-Akarore devem aprender. (...) o sertanista, querendo fixar os índios no Posto de Atração, provocou e continua provocando uma situação insustentável que altera, talvez irremediavelmente, o equilíbrio tribal do grupo kreen-Akarore." (Parise, V. - 1974:7).

O sertanista Fiorelo Parisi, em 1975, escreveu sobre os movimentos e reduções demográficas dos Panará, da seguinte forma: "Em 1973 houve sensível redução nas aldeias de Tupayuron (Norte) e Iobe-Yu-Pôre (Sul), esta vez por causa de "sonkiude" (doenças) principalmente gripes e diarreia. Os Panará que já conseguiram fazer amizade com alguns "Karen" [estrangeiro] que se mostraram amigos (...). Contraem doenças e levam-nas para as aldeias, onde se manifestavam e eram transmitidas aos demais. Sem saber como combatê-las e sem noção de que os karen doadores de presentes poderiam tratá-las, morriam. Quando Appena foi na aldeia Norte (Tupayuron) encontrou seis malocas com 60/70 Panará (...). O grupo da aldeia Sul (Iobe-Yu-Pôre) ficou reduzido em torno de 20 liderados por Sungakapan. Em fins de 1973 os Panará totalizavam-se entre 110 a 115. Enquanto que, os grupos da aldeia

Norte (que já passava a maior parte do tempo na F.A.) e de Inkiorankié já começavam a ser controlados quanto a doenças (...), o grupo da aldeia Sul, ainda não visitada ficava cada vez reduzido. Em Janeiro de 1974, faleceu um casal de Panrará na F.A. de morte violenta e três na aldeia Norte de gripe. Em fevereiro de 1974 ao chegarmos à F.A., visitamos a aldeia Norte onde encontramos somente 3 malocas pequenas e várias sepulturas, a maioria no caminho que levava a F.A.. Os 25 Panrará, que restavam da aldeia Norte vinham até a F.A. pedir socorro a maior parte doentes, alguns em estado grave. (...) Em fins de Abril- Maio, com a enchente catastrófica que paralizou a F.A., a situação saiu de nosso controle, o líder Yakil que se encontrava na BR 163 com sua família (6) e que causou nefasta reportagem, contraiu gripe, regressando a Inkiorankié transmitiu-a aos demais. Faleceram 3 e inclusive Yakil. Os outros todos doentes retornaram à BR 163 para pedir socorro. (...). A mulher e o filho de Yakil, após a morte do líder, mudaram-se para a aldeia Sul e lá faleceram, provavelmente de gripe. Em fins de Maio conseguimos retirar o grupo de Inkiorankié da BR 163 para a F.A. totalizando 70 silvícolas ali residentes. Em Junho à convite dos Panrará foi visitada a aldeia Sul, foram encontradas duas sepulturas recentes e dois doentes graves. Havia três malocas e 28 Panrará. Neste mês houve quatro óbitos (...). Em Julho, a frente de trabalho da rodovia da Indeco, entrou em contato com membros da aldeia Sul, os quais contraíram gripe, faleceram três (...). A equipe de socorro retirou os restante do grupo para a cachoeira do

Korokokó, onde estava se instalando a nova F.A. já se encontravam lá 25 Panará, o restante tinha ido para a Aldeia Norte onde ainda havia muita plantação (...). Em Agosto, quando fomos com o grupo do Korokokó para a aldeia Norte, (...), não encontramos mais o grupo que lá residia, mas sim quatro sepulturas recentes. Em Setembro um Panará acometido de reumatismo crônico (...), foi morto na aldeia Norte. (...). Em Novembro, acabado de instalar a nova F.A. e plantações, a equipe foi determinada a se deslocar para a BR 163, afim de retirar os silvícolas que ali se encontravam, porém sem êxito. Em Dezembro o grupo de Korokokó, quase que abandonado descontrola-se, havendo duas mortes violentas, e na estrada um índio morre de pneumonia. Ao fim de 1974 os Panará estavam reduzidos a 82." (Parisi, F. - 1975:7/9).

Em Maio de 1974, meses antes da transferência dos Panará para o Xingú, a Funai organizou uma nova Frente de Atração, desta vez, situada na Cachoeira de Korokokó, na tentativa de solucionar a presença Panará da Aldeia Nova, localizada próxima à estrada (BR-165). A F.A. pretendia, a médio prazo, aglutinar todos os Panará nas imediações desta cachoeira, em local afastado da estrada. (Ver documento Fiorelo Parisi, Cuiabá 9/8/74).

Segundo Schwartzman (1988) os beneficiários imediatos com a transferência dos Panará para o Parque do Xingu foram os fazendeiros e outros grupos com interesses de exploração comercial que, com a remoção do grupo, tiveram espaço aberto para estabelecer seus empreendimentos. Em 1969 sabia-se da existência de 2.000 prospecções na região e em 1982 o Peixoto florescia como

área produtora de ouro. O garimpo do Peixoto chegou a contar com 80.000 habitantes, tornando-se uma cidade. (Schwartzman, S. - 1988:313).

c) A Transferência para o Parque Indígena do Xingú

"Não se sabe ao certo quantos eram antes do contato. Alguns falam em 150, mas vários antropólogos acreditam que eles eram mais de 300, distribuídos em três aldeias, uma delas situada a poucos quilômetros do leito da rodovia." (Lucena, Eliana - s/d Atualidade Indígena - FUNAI/No.23).

Odair Giralдин (1994), afirmou que à época do contato havia "uma população estimada em cerca de 700 pessoas, após dois anos de contato seu número reduziu-se para menos de 100. Quando foram transferidos para o Parque nacional do Xingú, existiam apenas 79 deles." (Giralдин, O. - 1994:24).

Washington Novaes (1985), registrou da seguinte forma a história dos Panará no Parque do Xingú: "Os Kren-akroto viviam, antes de vir para cá, perto do Rio Peixoto de Azevedo, mais a noroeste. (...). No início da década de 70, quando suas terras começaram a ser invadidas por garimpeiros, posseiros e fazendeiros, sucederam-se os conflitos, em um dos quais, pelo menos, eles chegaram a matar alguns invasores. Nessa época os Irmãos Villas Boas tentaram a aproximação (...) e os convenceram a mudar-se para dentro do Parque. O começo no Parque foi desastroso. A gripe, o sarampo e outras doenças dizimaram o

pessoal, a ponto de hoje quase não haver velhos, são raríssimos. Na década de 60, os Kren-akroro eram mais de 300 adultos, vivendo em mais de 30 casas. Hoje, são 82 pessoas; na aldeia nova, à beira do Xingu (...), só têm 12 casas." (Novaes, W. - 1985:251)

Segundo Megaron Txukarramãe, Administrador Regional do Xingu/FUNAI, "os Kreen-Akarore quando foram contatados em fevereiro de 1973 pelo Orlando e Claudio Villas Boas, tinham uma população estimada em 400 pessoas. Quando foram levados para o Xingu, em Janeiro de 1975, eles só eram 79 pessoas." (Megaron Txukarramãe - 1994:1).

Malograda a única tentativa de reassentamento dos Panará em sua região imemorial, retirando-os da estrada e aglutinando-os em uma aldeia próxima à estrada, a FUNAI, por sugestão dos Irmãos Villas Boas, decidiu transferi-los para o Parque Indígena do Xingú. Foram transportados, todos, em Búfalos da FAB, em 12 de Janeiro de 1975. (Marcopito-1979).

Os Panará que chegaram ao Parque Nacional do Xingú foram examinados por uma equipe médica da Escola Paulista de Medicina. Não havia qualquer mulher grávida mas muitas crianças orfãs. A grande maioria apresentava-se emagrecida, anemiada, poliparasitada e todos eram portadores de malária. (Marcopito, L. - 1979).

De acordo com o relatório do sertanista Fiorello Parisi (1975), entre Fevereiro de 1974 e Janeiro de 1975 foram registrados 23 falecimentos. Dos 82 panará existentes em Janeiro de 1975 apenas 79 teriam desembarcado no Parque Nacional do

Xingu. Os três restantes teriam sido levados para a Chácara Ambulatório de Cuiabá. (Parisi, F. - 1975).

Foram confiados, inicialmente, aos Kayabi da cabeceira do Rio Xingu, que prepararam roças e casas para os Panará. A experiência, porém, não obteve sucesso. Sendo tradicionalmente, um povo pouco afeito à rios caudalosos e com pouca habilidade no manejo deste tipo de ambiente, não puderam pescar. Esgotados os produtos das roças, começaram a passar fome. "Estrangeiros naquela terra, os clãs tradicionalmente rivais, tiveram que coabitar em casas já preparadas, sobrando pouca união para dividir a dor." (Marcopito 1979:41). Além da fome e do sentimento estrangeiro havia, ainda, a malária que dizimava sua população.

Dado o estado dramático em que se encontrava o grupo, os Irmãos Villas Boas decidiram, mais uma vez, que os Panará seriam removidos para outro local, ainda dentro do Parque.

Os kayapó, tradicionais inimigos dos Panará, acolheram o grupo em seu nomadismo forçado e forjado pela história do contato. A exemplo do que ocorrera entre os kayabi, os Txukarramãe construíram casas e se propuseram a não interferir na vida dos Panará. "No Kretire havia demais [alimentos]. Mas a história - para qualquer povo ou cultura - nunca se esquece e os forasteiros chegaram como povo vencido e inferior. Não sofreram fome ou desabrigo, mas as amarguras de uma guerra calada, não declarada." (Marcopito - 1979:42).

Ameaçados pela sombra da depressão e pela perda de auto-estima os Panará foram, novamente, transferidos para outro local

no Parque. Em sua peregrinação foram morar com os Suiá, mas sem uma parte de suas mulheres e várias crianças que haviam ficado em poder dos Txukarramãe. "Reduzidos numérica e moralmente, os Kreen-Akarore tiveram que aceitar mais uma vez, a condição de abrigados. (...) os Suiá prepararam realmente uma aldeia separada para os novos "inquilinos", mas a vizinhança e a influência eram muito menos geográficas que psicologicamente tolhedoras. Tamanha era a sensação de derrota que dominava o grupo, que se podiam encontrar "cadáveres animados" meditando por horas a fio." (Marcopito, L. - 1979:43).

d) Os Panará no Parque Indígena do Xingu

A reivindicação que os Panará fazem atualmente de parte do seu território tradicional, deve ser compreendida a partir de sua experiência no Parque Indígena do Xingu, onde estão há quase 20 anos. Por um lado a população Panará cresceu e o grupo conseguiu recuperar grande parte de sua cultura e formas sociais tradicionais. Por outro lado, o crescimento populacional e a recuperação cultural se deram em meio a um lento e difícil processo caracterizado pela não acomodação e não aceitação da perda de seu território tradicional. O movimento dos Panará à sua terra tradicional e para a fronteira do Parque Indígena do Xingu, não é contraditório com a recuperação de sua sociedade, é o resultado direto do crescimento populacional e da reconstrução social que lograram nos últimos 20 anos.

Mesmo conscientes de que seu território tradicional havia sido ocupado e devastado e que seu retorno, por esta razão, consistisse uma hipótese inviável, os Panará nunca deixaram de considerar a volta às terras de origem. O antropólogo S.Schwartzman (1988) registrou que: "a primeira informação que eu obtive sobre a situação dos Panará, antes mesmo de chegar no Xingu em 1981, e a última notícia que eu tive deles, é que o grupo está propondo sair do Xingu e voltar ao Peixoto de Azevedo." (Schwartzman - 1988:104). Ele se referiu ainda ao "desejo, correntemente colocado pelos Panará de deixar o Xingu e voltar ao Peixoto." (Idem).

Embora algumas publicações da época enfatizem o clima festivo da recepção dos Panará no Xingu e a disposição dos grupos indígenas do Xingu em apoiá-los, a transferência foi extremamente traumática. Em 12 de janeiro de 1975 os Panará chegaram ao P.I. Diauarum famintos, todos portadores de malária, muito anêmicos, infestados de parasitas e sem qualquer mulher grávida (Marcopito - 1979:41). Foram encaminhados para a aldeia Kayabi Prepori. O antropólogo Heelas notou, em 28 de Fevereiro de 1975, que: "quase todos os Panará estavam sofrendo de malária, de gripe, de pneumonia ou de várias doenças ao mesmo tempo (...). durante os primeiros dois meses na aldeia nova, morreram cinco, deixando um total de 74 pessoas." (Carta de R. Heelas para Olympio Serra, 13/04/75). A roça plantada para os Panará se esgotou em seis semanas e eles começaram a passar fome. "Os Panará ficaram extremamente desmoralizados e discutiam voltar ao Peixoto (...)."

(Heelas - 1979:18).

Em 31 de Março de 1975, foram transferidos para a aldeia Kayapó do Kretire, inimigos tradicionais e ferozes. Muitos dos Panará presentes haviam perdido parentes próximos no ataque Mekragnotí Kayapó à aldeia Panará de Sonkanasa em 1968. Os Kayapó, inversamente aos Panará, tinham mais homens do que mulheres, fator este determinante na política Kayapó de incorporação dos Panará. Segundo o testemunho de Heelas, o ritual e as cerimônias Panará foram ativamente desincentivados. "O processo de integração e a repressão da cultura foram acompanhados por um aumento de doenças e apatia entre os Panará." (Heelas - 1979:19). No Kretire ainda morreram mais cinco pessoas.

Em Outubro de 1975, durante uma epidemia de gripe, os Panará mudaram novamente, deixando, porém, sete adolescentes com os Kayapó. Permaneceram por um mês no P.I Diauarum sendo tratados, seguindo depois para a aldeia Suya. Com a saúde recuperada e um clima social menos opressivo, passaram a tomar uma série de iniciativas. Plantaram roça própria, reinstauraram ritos, danças e canções tradicionais. Os homens aprenderam a pescar com linha e anzol e a fazer canoas. Em 1976, identificaram um lugar para construir aldeia própria, mudando no final do mesmo ano.

Instalados em novo local os Panará começaram a crescer. As mulheres começaram a engravidar. Mas enquanto a população crescia, a situação de saúde continuava precária - a taxa de mortalidade registrada entre 1976 e 1983, para crianças com menos de 3 anos, foi de 38%. (Schwartzman - 1992). Os Panará foram

assolados, repetidas vezes, por epidemias de gripe, influenza, catapora, coqueluche e malária, tendo sido esta última controlada apenas recentemente pela Escola Paulista de Medicina. Restam ainda a tuberculose, um problema recorrente no grupo, e a meningite. Todas estas doenças inexistiam entre os Panará antes do contato.

Com sucessivos surtos de doenças e, principalmente, mortes de pessoas adultas, os Panará decidiram mudar novamente. Em 1983, após uma epidemia de catapora e várias mortes, os Panará mudaram-se para a BR - 080, na margem esquerda do Rio Xingu. Após a morte de várias outras pessoas, entre 1989 - 1990, mudaram-se novamente para o limite oeste do Parque, próximo à foz do Rio Manitsauá-Missu, no Rio Arraias, onde vivem atualmente.

III - ORGANIZAÇÃO SOCIAL PANARA

Os estudos sobre a organização social dos Panará realizados antes de 1968 ou à época do primeiro contato com a sociedade nacional são inexistentes. Os primeiros registros surgem depois do contato quando seus efeitos perversos precipitaram a desagregação do tecido social, produzindo uma rápida e violenta transformação socio-cultural. Inicialmente Richard Heelas (1979) e, posteriormente, Stephan Schwartzman (1988) se detiveram sobre o tema, produzindo conhecimento etnológico sobre a matéria.^{1º}

^{1º} O texto sobre a organização social Panará aqui apresentado baseou-se, principalmente, na tese de Doutorado de Stephan Schwartzman (1988).

De modo geral podemos falar que as categorias do sistema de relações sociais, da ordem espacial dos clãs na aldeia, das práticas de nomeação, parecem opostas à performance da maior parte dos ritos. Os efeitos transformadores da história do contato criaram uma consciência quase escatológica entre os Panará, que admitem a possibilidade da desaparecimento destas categorias. Para Schwartzman (1988): Os Panará podem discutir a possibilidade de reconstrução das casas dos homens, baseados nas metades cerimoniais que ocupavam o centro da aldeia antes de 1968, sem chegarem a qualquer conclusão definitiva (...). Podem ainda, e frequentemente o faziam entre 1975 e 1977, dizer que "os Panará que existiam acabaram (Panará simemà)." (Schwartzman, S.- 1988:103).

Para Schwartzman (1988), tudo se passa como se os elementos do sistema de relações de clãs fossem pré-requisitos mínimos para a construção da identidade étnica Panará e que, se colocados em risco, resultariam no fim dos Panará como um povo distinto. Como consequência, observa-se uma situação instável, em que os Panará alcançaram uma ordem produtiva material e social, mas não auto-reprodutiva.

No contexto tradicional as relações sociais baseadas nos clãs, parentesco, nomeação, metades e ritos, configuravam um sistema auto-reprodutivo e ordenado hierarquicamente. A transformação dessas categorias tradicionais, formadoras da sociedade Panará, indicam a precariedade de sua existência no Xingú e apontam para as contradições ensejadas em sua autonomia

relativa, no interior de um contexto multi-étnico como o do Parque Indígena do Xingú.

A distinção social mais geral utilizada pelos Panará é a que separa Panará "gente", "ser humano" e hi'pe "outros", inimigos. A distinção Panará/hi'pe era tradicionalmente fixa, significando desde pessoas reais - todos os "outros", incluindo todos os outros índios e os brasileiros - até as categorias de seres semi-humanos ou sobrenaturais.

A orientação espacial da aldeia tem significado especial para os Panará. Os grupos nomeados, chamados por Heelas (1979) de "grupos espaciais de descendência" e por Schwartzman (1988) de clãs, não se separam. O princípio da descendência, como em outras sociedades Jê, não constitui um critério descritivo. Os Panará não baseiam sua pertença aos clãs através da descendência ancestral genealógica ou mítica, como acontece entre outras sociedades indígenas. Cada Panará pertence a um dos quatro grupos nomeados e todos pertencem ao grupo da mãe. A exogamia clânica é rigorosamente observada e constitui a primeira regra do casamento.

Assim como os grupos nomeados em outras sociedades Jê Setentrionais, os clãs Panará possuem localização fixa no círculo da aldeia, no sentido leste-oeste, correspondendo à trajetória do sol. Os nomes clânicos correspondem aos nomes dados aos pontos cardeais Panará. As relações espaciais reproduzem o sistema de relações sociais.

A aldeia organizada através de coordenados espaciais

corresponde ao modelo da sociedade Panará. Mas a ocorrência empírica do modelo pode não se verificar. Existem aldeias que, a depender do estágio de seu desenvolvimento, não têm representados os quatro clãs. Excessivas brigas internas e acusações de feitiçaria podem gerar fissões.

Os clãs constituem a unidade básica e orientadora das relações entre os Panará. Os grupos domésticos são matrilineares e compostos por grupos de irmãs com suas filhas e filhos pequenos, maridos e cunhados coresidentes. O etônimo "Panará" corresponde à categoria de parentesco mais geral, sendo os clãs as sub-categorias mais importantes.

Como em todas as sociedades Jê, a unidade de organização social mais simples é a família nuclear. Compreende a unidade básica da produção cotidiana de alimentos, assim como da "produção social", i. é. a produção de pessoas e de relações sociais. Cada família possui seu próprio fogo. Além disso, compartilha laços físicos e míticos. As mulheres cuidam da produção na roça e cozinham para seus familiares enquanto os homens caçam e pescam. Os casais podem, juntos, fazer limpeza secundária da roça, semear e plantar ou ainda coletar frutas silvestres e mel. Grande parcela da vida diária da aldeia está centrada na família nuclear. Porém, as relações mais amplas de homens e mulheres com suas respectivas famílias nucleares são distintas.

Pela prescrição da exogamia clânica a residência é uxorilocal. A outra unidade mais inclusiva na sociedade Panará -

o grupo de família extensa - é composto por um grupo de irmãs, suas filhas e, tradicionalmente, as filhas das filhas com os rapazes adolescentes não casados. Um clã se constitui a partir de uma ou mais casas, localizadas próximas à outras casas do mesmo clã, de modo que, pelo critério de vizinhança os membros de um clã podem traçar as suas conexões de parentesco. Os Panará afirmam que os membros de um clã são "todos parentes". Relações genealógicas constituem apenas uma entre várias possibilidades. São importantes também as relações de residência, de clã, de casamento e de amizade pessoal.

IV - O TERRITÓRIO TRADICIONAL PANARÁ

Os Panará mantêm uma relação direta com seu território, visto como fonte de manutenção, produção e reprodução física e cultural de sua sociedade. Identificam a diversidade biótica do espaço, associando espécies animais e vegetais à sua história antiga e recente, bem como à códigos de manejo ambientais e simbólicos. O território é dotado de historicidade, confere densidade social, organiza sua identidade étnica, sendo fundador de sua autodeterminação.

Em 1968 existiam várias aldeias Panará, com uma população estimada entre 300 a 600 pessoas, distribuídas por toda a região onde hoje estão as cidades de Peixoto, Matupá e Guarantã, ao longo dos Rios Peixoto de Azevedo, Iriri e Ipiranga. Importante mencionar que o território atualmente reivindicado não incide

sobre qualquer núcleo urbano regional. Além disso, os Panará estão conscientes quanto às dificuldades de sobrevivência em uma região ocupada por "brancos", com o ecossistema profundamente transformado.

Na memória Panará a história de ocupação recente de seu território tradicional é lembrada, sobretudo, pelos mais velhos. Segundo eles: "Aí tem uma estrada onde o pessoal sempre andava catando castanha. Do outro lado o pessoal batia timbó. Como eu estou falando essa área é dos Panará, tem que devolver ela pra mim. Não é vocês que combinaram comigo pra eu voltar pra cá. Eu pensei no meu pensamento, aí voltei pra cá. Podia vocês me dar apoio (...) porque eu senti muita falta pra mim voltar pra cá. Porque eu fiquei muito triste como Matupá, Guarantã, Peixoto que lá eu vi, eu fiquei muito triste. Porque Panará antigo vivia lá. Caçamos lá, pescamos lá, mataram bicho lá. Agora área dos Panará lá do Peixoto já acabou. Já secaram. Porque o Peixoto, Guarantã e Matupá já é deles. Eu não quero mais ver o branco entrar aqui. Eu não gosto branco entra aqui porque já larguei terra pra eles lá no Peixoto, Matupá e Guarantã. Já é deles, pode ficar lá. Eu pode reclamar esse pra cá porque já voltei pra cá. (...). Pra mim sustentar família porque lá onde que eu fico, lá não tem nada, lá não tem bicho, não tem caça, não tem nem peixe pra ele fazer. Estou muito feliz na área de Panará antiga. (...). O pessoal morava aqui antigamente. Eu não gosto que branco volta pra cá. Eu já larguei o Peixoto, já larguei Matupá, já larguei Guarantã, já é deles. Região deles é lá. Aqui eu vou ficar sossegado. Quero

ficar sossegado aqui, eu voltei pra cá. Meu pensamento é pra ocupar a terra aqui." (Depoimento de Ake, liderança Panará, Aldeia Panará Nansepotidi, Outubro/1994).

Richard Heelas (1979), Stephan Schwartzman (1988/1992) e Fiorelo Parisi (1975), identificaram e descreveram a localização e distribuição das aldeias Panará no momento anterior ao contato, como segue: "1. Sonkànasan - esta era a aldeia mais a nordeste em 1968, ficando localizada nas cabeceiras do Rib. Peixotinho Primeiro (chamado pelos Panará "Nampiá'ávõnti) e as cabeceiras do Rio Iriri (ou Nansepotidi), num pequeno afluente do Iriri do lado sul, no lado leste do sopé da Serra do Cachimbo. Tinha em 68, pelo menos 6 casas. Data de 1945 aproximadamente. 2. Sosenasan - aldeia mais a leste, perto do Rib. Peixotinho Segundo (Tutumaperi), (...) tendo 7 casas em 1968. Foi fundada em 1950 por um grupo da aldeia Krekyekye (...) que foi abandonada na época. 3. Yopuyupaw - aldeia mais a sudoeste, no lado sul do Rio Peixoto de Azevedo, (...), perto do Rio Braço Dois. Data de 1940. 4. Yopuintonônyoinkô - aldeia perto de Yopuyupaw, no lado sul do Rio Peixoto, ocupada em 1955. 5. Pãtsuperi - aldeia mais a noroeste, (...) perto da margem leste do Rio Nhandú (...). Tinha cinco casas em 1968 e data mais ou menos 1945. 6. Kvaunakye - aldeia localizada mais ou menos na latitude do Pãtsuperi, entre o Rio Braço Norte e o Peixotinho Primeiro. Tinha cinco casas em 1968, datando de 1940. 7. Inkuipô - aldeia próxima da margem oeste do Peixotinho Primeiro (...), tendo onze casas em 1968. Foi ocupada mais ou menos em 1950. 8. Supusãraperi - aldeia

localizada no lado sul do Rio Peixoto, (...). Existia na época do contato. 9. Inkâsan - Entre o Rib. Peixotinho e o Rio Peixoto, perto da boca do Peixotinho. Estava ocupada em 1940, mas foi abandonada antes de 1968. 10. Atuya'ásâr - aldeia mais a sudeste, entre as cabeceiras do Peixoto de Azevedo e o Manitsua Missu. Os avós da geração mais velha moraram lá e contaram que houve atritos com outros índios de batoques grandes (agora identificados como Suyá) perto dessa aldeia durante a colheita da castanha. Existiu entre 1910 e 1920 aproximadamente. 11. Inkôkrepu - aldeia localizada num afluente pequeno do lado sul do Rio Iriri (Nansepotidi), perto das cabeceiras. Segundo relatos, foi abandonada antes de meados da década de 40, por causa de um ataque Kayapó que matou muitos membros de dois clãs. Homens da atual aldeia conheceram o lugar, na década de 50, como uma roça velha dos antepassados (...). 12. Nampôrô' - Depois do ataque Kayapó no Inkôkrepu, os sobreviventes mudaram a aldeia para esse lugar, num outro afluente do Iriri (...) de nome Nampôrô'." (Schwartzman, S. - 1992:5/6).

Outras aldeias não relacionadas como Kutinsiperi e Periwesan com localizações menos precisas, existiam à época do contato. A aldeia onde Claudio Villas Boas fez o primeiro contato - Tôpayuron - foi construída em 1970 quando os Panará fugiram da frente de atração. Há ainda na memória Panará várias outras aldeias (pelo menos seis), mais antigas e abandonadas por ocasião do contato, em 1968.

Além da ocupação registrada pelas aldeias há ainda o

território por onde realizavam a prática da caça, da pesca e da coleta. Assim "embora a ocupação mais densa dos Panará fosse na bacia do Peixoto de Azevedo, tinham uma aldeia num afluyente do Rio Iriri em 1968, frequentavam o Iriri Novo (Ferintonyõnkô, "água das conchas de moluscos"), o Iriri (Nansepotici, "oco dos morcegos queimados"), o Ipiranga (Topôa, "água clara") e o Xixé (Pinkàsárnyokô, "água do Jacu Cigano). Pescavam no Iriri e colhiam castanha em suas cabeceiras, perto da atual base do Cachimbo. Colhiam conchas de mexilhão no Rio Iriri Novo. Pescavam no Ipiranga e caçavam pássaros no Xixé para tirar penas e fazer flechas. No sentido oeste, conheciam o Teles Pires (Kontômasô), onde iam caçar e pescar." (Schwartzman, S. - 1992:7).

a) Arqueologia e Memória Oral

À diferença dos povos de língua Aruak que desenvolveram uma cultura cerâmica refinada, os Panará não possuem qualquer habilidade desta natureza. É provável que não a tenham desenvolvido por estarem sempre em rotas migratórias, fugindo do contato com os "brancos" desde o século XVIII, como vimos anteriormente.

Neste sentido, as evidências arqueológicas que comprovam a tradicionalidade do território que reivindicam estão, em grande medida, referenciadas na memória que mantém quanto à localização das antigas aldeias como "Sonkanasan", quanto aos vestígios líticos (pedras utilizadas para o cozimento de alimentos), quanto

às trilhas usadas para coleta, caça e pesca e, principalmente, quanto aos caminhos percorridos nas incursões guerreiras contra os Kayapó Setentrionais.

A memória oral relacionada ao território aparece sob várias formas no discurso Panará. Falam sobre aldeias muito antigas, semi-míticas, como se fossem aldeias primordiais: "Twatun Nompri Yö Kukre" (a casa do velho antigo) e "Twatun Nompri Yö Kukre" (a casa da velha antiga), cuja existência é conhecida mas não sua localização exata.

O primeiro encontro entre os Panará e os Kayapó, i.é. o início da guerra entre os dois grupos, se deu, aproximadamente, em 1920. Segundo os Panará teria ocorrido no Rio Iriri Novo (Parintonyökö) em uma expedição de pesca. Duas mulheres Panará que estavam no rio banhando-se e viram quando os Kayapó chegaram. Uma delas foi flechada resultando no confronto (de flechas) entre os dois grupos. Os Kayapó confirmam a versão Panará (Verswijver - 1985:270).

O trabalho etno-histórico detalhado que Verswijver realizou demonstra que os Mekragnotí (Kayapó) atacaram os Panará inicialmente em 1922, sendo contra-atacados no ano seguinte em sua aldeia próxima ao Xingu. Fugiram até o Rio Curuá e foram atacados novamente. Em 1925 os Mekragnotí organizaram um ataque contra os Panará que, provavelmente, resultou no abandono da aldeia Panará de Kökrepu (pequeno afluente ao sul do Rio Iriri). Os Panará tentaram encontrar os Mekragnotí na região onde se localizavam suas aldeias, entre os Rios Iriri Novo e o Jarina,

durante cinco anos, sem êxito. Os Kayapó, temendo represálias, haviam fugido. Em 1945, entretanto, os Panará voltaram a atacar uma aldeia Mekragnotí, próxima ao Rio Iriri Novo, por duas vezes. Em 1959, os Panará atacaram os Mekragnotí no Rio Xixá. Em 1966 os Panará atacaram novamente a aldeia do Rio Xixá. O último incidente de guerra foi o ataque Mekragnotí desta aldeia, em 1968, à aldeia Panará de Sonkanasan, em um afluente do Rio Iriri. Neste ataque os Mekragnotí mataram 26 Panará, utilizando pela primeira vez, armas de fogo obtidas de um missionário. (Verswijver, G. - 1985:184/203/270/271).

Esta breve descrição sobre a guerra entre os Panará e os Kayapó demonstra uma ocupação contínua dos Panará na área mais ao norte do seu território tradicional (a região dos rios Iriri e Ipiranga, de onde saíram os guerreiros Panará e onde os Kayapó atacaram), desde de 1920 até 1968. Demonstra também que, de fato, a área de ocupação tradicional dos Panará era muitas vezes maior do que a área que reivindicam no presente.

A memória oral também aparece na mitologia Panará representada por certas espécies animais (Urubú, Cotia, Sucuri), vistos, em alguns casos, como elementos civilizatórios e referenciadores das regras organizadoras da sociedade Panará. Suas narrativas remetem ao território habitado pelos antigos Panará, em tempo imemorial, comprovando, desta forma, a ocupação tradicional da área que reivindicam.

Além da mitologia, a memória oral sobre o território relaciona espécies animais e vegetais características da área que

ocupavam tradicionalmente. Assim a toponímia utilizada na denominação dos rios formadores de seu território como o Nansepotidi (Iriri) ou o "oco dos morcegos queimados", o Perintnyönkô (Iriri Novo) ou a "água das conchas de mexilhão", o Topôa (Ipiranga) ou a "água clara" etc, vincula a distribuição dos recursos naturais ao universo simbólico Panará. Conchas encontradas ao longo dos Rios Iriri e Ipiranga, chamadas de Parintô, constituem peças importantes nos rituais de perfuração de orelhas.

A história recente, expressa nos discursos realizados no centro da aldeia, remete à utilização que faziam as gerações ascendentes do território tradicional, comprovando sua ocupação tradicional. Assim dizem: "Essa área é minha porque aqui minha mãe assava porco. Bem aqui ela trabalhava. (...) O pai dela juntava lenha para fogueira. Porque essa área é minha. A minha mãe vivia aqui. Meu pai viveu aqui. Eu também nasci aqui nessa área. (...) Minha mãe carregava eu nas costas até onde está castanha, porque não é área de branco." (Depoimento Liderança Panará, Aldeia Panará Nansepotidi, Outubro/1994).

V - OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO TRADICIONAL DOS PANARÁ

Em Novembro de 1972, Orlando e Claudio Villas Boas enviaram uma carta alertando o sub-Coordenador da FUNAI, para os problemas de invasão por empresas de mineração e de "outras naturezas" que já vinham operando na área dos Panará recém contatados. Na mesma

carta pediam providências nos termos de uma "interdição temporária" da região "dominada por esses índios, ficando para mais tarde a delimitação definitiva da reserva." Indicavam também a área a ser interditada, solicitando urgência nos procedimentos. Nesse sentido, a área a ser interditada teria os seguintes limites: "tendo o Rio Peixoto de Azevedo como eixo, contar do ponto interceptado pela BR-165 (Cuiabá-Santarém), até sua foz, uma faixa à margem esquerda de 5 quilômetros e margem direita 25 quilômetros. Total da área: 1500 Kms." (Villas Boas - 1972:2). (Ver documento anexo).

A FUNAI apresentou, em 17 de Novembro de 1972 (Processo FUNAI/BSB/2801/72), uma outra proposta, ampliando a área de interdição proposta pelos Irmãos Villas Boas. Pela nova proposta a área a ser interditada abrangeria os seguintes limites: "Norte - partindo da cabeceira do Rio Nhandú por uma linha reta, rumo sul-norte, até encontrar a divisa dos Estados de Mato Grosso e Pará, segue por esta divisa, rumo leste, até encontrar o picadão da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-165): Leste - daí, segue por este picadão, rumo geral sul, até o seu cruzamento com o Rio Peixoto de Azevedo (Braço Sul): Sul - deste ponto, segue pela margem direita deste rio até 5 quilômetros abaixo de sua confluência com o Braço Norte do Peixoto de Azevedo; Oeste - até o seu cruzamento com o rio Nhandú, seguindo pela margem esquerda deste rio, até a sua cabeceira principal." (1972:1/2). (Ver documento anexo).

Em Dezembro de 1972, a proposta de uma área ampliada para a interdição é justificada pelo argumento de que tornaria exequível

o trabalho de atração dos "Kreen-Akarore". Entre Janeiro e Março de 1973, tramitou a proposta de interdição da área. Participaram desta proposta o então Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, o Ministro do Interior General Costa Cavalcante, o Superintendente da SUDECO e o Comandante do 9o. BEC, responsável pela construção da rodovia Cuiabá-Santarém. Em 14 de Março de 1973 foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto No.71.904, que interditou a área "Kreen-Akarore" para fins de atração de grupo indígena, área que discrimina, no município de Chapada dos Guimarães, Estado do Mato Grosso." (Ver documentos anexos).

Em 4 de Fevereiro de 1975, o então Presidente da FUNAI Ismarth de Araújo Oliveira enviou ofício (No.058/75/PRES.), ao Ministro do Interior Maurício Rangel Reis, declarando a desinterdição dos aproximadamente 400.000 ha, correspondentes à área dos "Kreen-Akarore", transferindo-a nos termos do artigo 21 do Estatuto do Índio (Lei 6001 de 19 de Dezembro de 1973), para o domínio pleno da União. Justificava a desinterdição a "inconveniência da manutenção daqueles índios em seu habitat original, por isso que sobre influência da estrada BR-165/Cuiabá-Santarém, cuja curiosidade dela acarretou, inclusive, a perda de preciosas vidas uma vez que a FUNAI não pode controlar as dissimuladas visitas deles. Daí a FUNAI ter optado pela transferência dos Kreen-A-kore para área do parque do Xingú, mantido íntegro, com isso, o equilíbrio biológico daquela gente." (ofício 058 de 4/2/75). (Ver documento anexo).

Os motivos que levaram à desinterdição da área Kreen-Akarore não ficam explícitos na documentação existente sobre o caso. Tampouco as razões que motivaram sua transferência para o Parque do Xingú, ação pouco compreensível da FUNAI dado que somente em 1979 a área será desinterditada. O que se pode supor, através de informações obtidas nos relatórios dos sertanistas e antropólogos, é que, de fato, a construção da BR-165, que motivou o contato açodado com o grupo, transtornou a vida dos Panará, causando-lhes, entre outros problemas sérios, uma brutal depopulação. Mais enigmático ainda parece ser o fato de que a FUNAI, sem contrôler a situação - conforme demonstram os documentos - tenha optado pela transferência sumária dos Panará para o Parque do Xingú.

Desinterditada a área dos "Kreen-Akarore" e revertida ao domínio da União a FUNAI requereu ao Ministro do Interior que o Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - assumisse a responsabilidade pelos 400.000 ha pertencentes aos "Kreen-Akarore", para iniciar o remanejamento de posseiros das terras indígenas do sul do país, concedendo-lhes títulos de propriedade rural nos termos da Lei No.4.504, de 30 de Novembro de 1964 (Estatuto da Terra).

Em 1976, coube ao INCRA promover o assentamento e regularização dominial dos ocupantes de terras indígenas no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, devidamente cadastrados e indicados pela FUNAI. Foram registradas 1.512 famílias, totalizando 8.426 indivíduos, todos ocupando terras incidentes em

seis áreas indígenas e cujo destino seria a transferência para a área tradicional dos Panará, à época já vivendo no Parque Nacional do Xingu. (Ver documento anexo).

Em 27 de Dezembro de 1978 o INCRA enviou ofício (Of. No.886/78 de 27 de Dezembro de 1978), consultando a FUNAI sobre a conveniência em destinar a "Gleba Nhandú" com 211.750 ha, situada no município da Chapada dos Guimarães, Estado do Mato Grosso. A área arrecadada pelo INCRA era pretendida pela Cooperativa Agrícola de Campo Borges LTDA - COTRICEL que se propunha a implantar no local um projeto de colonização destinado ao assentamento de agricultores minifundiários, oriundos do Rio Grande do Sul. (Ver documento anexo).

Os elevados custos da transferência e do assentamento de colonos resultou em farta correspondência burocrática entre INCRA e FUNAI, adiando a implantação do projeto. Em 1979, o INCRA enviou ofício ao Ministro da Agricultura (INCRA/P/No.56 de 14 de Fevereiro de 1979), informando ter concedido o uso da área indígena Panará à Cooperativa Agropecuária Mista CANARANA-COPERANA, com uma área de 231.111 ha, situada no Município de Cahapada dos Guimarães, Mato Grosso, destinada ao assentamento das famílias de agricultores desintrusadas de áreas indígenas localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

O Decreto 83.541 de 4 de Junho de 1979 tornou sem efeito a interdição da área Panará (Decreto 71.904 de 14 de Março de 1973), cabendo ao INCRA destinar as terras pertencentes à União e

dar providências quanto aos registros necessários à ocupação da área. (Ver documento anexo).

Os registros contidos nos documentos oficiais, configurados em Decretos e Portarias, demonstram que a área hoje ocupada por essa população migrante, em sua expressiva maioria, composta de pequenos agricultores, era originariamente ocupada pelos Panará. Tudo indica que a transferência dos Panará para o Xingu pretendeu resolver simultaneamente vários problemas: 1) tentar salvar os sobreviventes de um grupo étnico em franca depopulação, 2) desintrusar as áreas indígenas do sul do país, 3) atender às demandas de uma economia baseada na pequena agricultura e em atividades extrativistas, 4) delinear novas fronteiras com a criação de frentes de expansão inseridas no âmbito do projeto integracionista do Estado e da geopolítica militar.

Mais ainda, tanto a área desinterditada em 1979 como a área que reivindicam atualmente estão aquém, em dimensão, do território tradicional por eles ocupado. Não obstante isso, os Panará têm consciência de que sua área tradicional já não é passível de ser reivindicada ou negociada visto que está ocupada e constituída por núcleos urbanos, com o ambiente devastado.

VI - A IDENTIFICAÇÃO DA TERRA PANARÁ

A reivindicação do território tradicional dos Panará começou na gestão do ex-presidente da FUNAI Sydney Possuelo (1990/1993). Em 15 de Março de 1993 os Panará entregaram uma carta ao então

Presidente da FUNAI reivindicando a demarcação de seu território tradicional. Na carta afirmavam que o local onde se encontram atualmente - o Parque Indígena do Xingu - não lhes pertence.

Com o objetivo de recuperar uma parte de seu território tradicional, os Panará entregaram, em 15 de Março de 1993, uma carta ao Presidente da FUNAI reivindicando a demarcação de seu território e afirmando que o local onde se encontram atualmente - o Parque Indígena do Xingu - não lhes pertence. (Ver documento anexo). Em Abril de 1994, o Administrador Regional do Xingu, Meqaron Txukarramãe, enviou à Diretoria de Assuntos Fundiários/FUNAI um Relatório com o histórico da reivindicação territorial dos Panará. O desejo em retornar ao seu território se concretizou na Ação que os Panará moveram contra a União/FUNAI/INCRA através de seus advogados - Ação Declaratória, No.94.0010330, tramitando na 8a. Vara da Justiça Federal, Distrito Federal.

Em Setembro/Outubro de 1994, a FUNAI organizou um Grupo de Trabalho (Portarias No.834 de 19 de Setembro de 1994 e 0910 de 11 de Outubro de 1994), com o objetivo de identificar a Terra Indígena Panará e dar prosseguimento ao processo administrativo referente à sua demarcação.

O trabalho de Identificação e Delimitação da Terra Panará foi realizado em duas etapas. Inicialmente, partindo da Aldeia Kayapó de Kubenkokre, o GT subiu o Rio Iriri até onde se encontra a Aldeia Panará/Nansepotidi. Posteriormente, por sobrevôo, foram identificados os limites da área por eles reivindicada.

Em sua primeira etapa o trabalho consistiu no reconhecimento do local onde se ergue a aldeia Panará do Rio Iriri. A equipe se deslocou de barco, alugado dos Kayapó, da aldeia de Kubenkokre, subindo o rio Iriri até próximo às suas cabeceiras, onde se localiza a aldeia Panará/Nansepotidi. Durante o percurso à montante do Rio os Panará identificaram locais às margens do Iriri onde, há pouco mais de 20 anos, costumavam realizar coleta (como a castanha, por exemplo), em expedições guerreiras contra os Kayapó ou situando antigas aldeias como a do Igarapé Krepú (Iakákrepú), também caminho para expedições guerreiras. (Ver Depoimento das Lideranças Panará).

A Aldeia Panará do Nansepotidi (Rio Iriri), conta com três casas, plantação de abóbora, cará e mandioca, além de uma pista de pouso, em fase final de acabamento, medindo 700 metros aproximadamente. A pista é contígua à Aldeia e entre ambas há roça. Os Panará que moram na aldeia estão iniciando o plantio de milho e melancia, ao longo da pista de pouso, para melhor aproveitamento do terreno.

Por ocasião de nossa chegada à Aldeia Panará/Nansepotidi estavam presentes dez homens, trabalhando no desbocamento da pista e da aldeia, além do plantio da roça. Havia um outro grupo em excursão de caça, que só retornaria com o início da estação chuvosa.

Durante a permanência da equipe na aldeia Panará do Rio Iriri, procedeu-se à medição da Pista de Pouso em construção, ao registro das coordenadas geográficas (GPS) e ao trabalho de

localização cartográfica dos locais utilizados tradicionalmente pelos Panará, como os mananciais de caça, de pesca e de coleta, bem como das antigas trilhas ainda hoje presentes na memória coletiva dos Panará.

Segundo informações obtidas na aldeia, o restante da população Panará que se encontra no Parque Indígena do Xingu, no Rio Arraias (principalmente mulheres, crianças e os muito idosos), deverá transferir-se, em breve, para a nova aldeia localizada no Rio Iriri.

A segunda etapa do trabalho consistiu no sobrevôo da área reivindicada pelos Panará. Partindo da Aldeia Kayapó de Kubenkokre seguimos, acompanhando o curso do Rio Iriri, até a Aldeia Panará do Nansepotidi. Daí, seguimos em linha reta até um ponto no Rio Ipiranga, tributário do Rio Iriri e destacado pelos Panará como limite natural da área reivindicada, até próximo à sua cabeceira, na Serra do Cachimbo. Daí, tomamos rumo leste. Nesta região foram verificadas, no interior da Terra Panará, uma Pista de Pouso e instalações pertencente a um comerciante de Guarantã do Norte conhecido como Fernando Munhoz. Esta pista foi, segundo informações obtidas na Aldeia Kayapó de Kubenkokre, recentemente interditada, dada a ocorrência de confronto violento, resultando na morte de passageiros de um avião que ali pousou. Por esta razão não foi possível realizar o levantamento fundiário in loco. (Ver documento anexo).

Ao Sul da Terra Panará, próximo à antiga Aldeia de Sonkanasan, presente na memória Panará, a equipe localizou um

desmatamento de grandes proporções. Entre a atual Aldeia e a Pista de Pouso do Sr. Fernando Munhoz, na região central do território Panará, a equipe verificou outro desmatamento, também de grandes proporções. Não foi possível levantar informações sobre a origem destes desmatamentos. Podemos supor que grupos de "grileiros", frequentemente armados, estejam percorrendo a região, tendo como ponto de partida as instalações que o Sr. Fernando Munhoz mantém no interior dos limites da Terra Panará. Estas presenças não indígenas no interior da Terra Panará são ilegais e não configuram ocupação efetuada pelo INCRA ou por proprietário particular. Não há, tampouco, qualquer projeto de assentamento a ser implantado pelo INCRA. Além disso, a Terra em questão é Patrimônio da União. (Ver página 57).

a) O Perigo de Invasão

No retorno da viagem de identificação e delimitação da Terra Panará do Rio Iriri, a equipe da FUNAI foi surpreendida com a notícia de que sete homens armados, com rifles e revólveres, haviam entrado na Aldeia Panará. Esta notícia foi transmitida por rádio/fonia e testemunhada pelos Kayapó de Kubenkokre. Segundo os Panará os homens que ali chegaram, haviam sido mandados pelo Prefeito de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso. Disseram também que estavam alojados nas instalações do Sr. Fernando Munhoz e perguntaram pela equipe da FUNAI. Afirmaram suas intenções de retornar com mais homens que, segundo o que disseram

aos Panará, haviam ficado nas instalações do referido comerciante. Mais ainda, disseram que procuravam terras para estabelecer fazendas.

Com cuidado e assustados os Panará pediram aos homens que se retirassem, uma vez que se encontravam em Terra Indígena identificada pela FUNAI. Ainda segundo a notícia eles permaneceram na aldeia entre 11:00 horas e 16:00 horas aproximadamente, quando então resolveram se retirar. Acamparam nas imediações da aldeia e os Panará puderam ouvir, durante toda a noite, muitos tiros.

Amedrontados com os acontecimentos, os Panará que trabalhavam no plantio da roça e destocamento da pista, resolveram descer o Rio Iriri, deixando a aldeia vazia, em direção à Aldeia Kayapó de Kubenkokre onde se encontrava a equipe da FUNAI. Ao descrever os fatos para a equipe, pediam ao Governo Federal /FUNAI, garantia para sua sobrevivência física e segurança para seu território.

A equipe verificou também que o povo Panará, em seu projeto de reconstrução social, está determinado a recuperar seu território tradicional. Expropriados de sua Terra e, portanto, das referências fundadoras e organizadoras da sociedade, permanecem, até os dias de hoje, exilados, vivendo em diápora.

A tradição Panará reconhece a área identificada pela FUNAI como território tradicional. Sua ancestralidade, mananciais de caça, de pesca e de coleta, bem como a existência de antigas aldeias ainda presentes em sua memória, conferem ao território

por eles reivindicado, sua legitimidade. (Ver depoimentos)

De outra forma, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, caput, reconhece aos índios "os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam", competindo à União "demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens." Nesse sentido, ficam reconhecidos, no texto constitucional, os direitos originários sobre as terras ocupadas pelas populações indígenas, como "fonte primária e congênita da posse territorial." Pela Constituição Federal: "São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições."

Além disso, a Lei 6001 de 19 de Dezembro de 1973 e o Decreto No.22 de Fevereiro de 1991 que legisla e normatiza, respectivamente, o trabalho de identificação e delimitação das terras indígenas no âmbito do Estado, garantem aos Panará o direito de retorno à seu território tradicional.

VII - SITUAÇÃO ATUAL

A população Panará atual é de 154 pessoas aproximadamente. Habitam, em sua maioria, uma aldeia localizada às margens do rio Arraias (afluente do Rio Xingu), ocupando uma área muito

reduzida, no limite oeste do Parque Indígena do Xingu.

Desde sua transferência para o Parque os Panará vêm buscando áreas onde o ecossistema seja semelhante àquele existente em seu território tradicional. Nesta busca, instalaram-se no limite oeste do PIX onde encontraram espécies vegetais referenciadoras de seu território tradicional. Segundo Schwartzman (1992): "As suas formas tradicionais de manejo e uso de recursos naturais foram modificadas e restringidas por causa da mudança ecológica drástica acarretada pela transferência. Os Panará vem mantendo e recuperando a sua estrutura social (sistema matrilinear de quatro clãs exogâmicos, os quais ocupam lugares fixos na periferia da aldeia, e metades cerimoniais ligadas às casas dos homens na praça da aldeia) bem como formas tradicionais de liderança política, e sistema ritual, embora esses tenham sofrido rupturas bruscas durante o contato e depois da transferência." (Schwartzman, S. - 1992:1).

A dimensão ecológica do território tradicional tem, na sociedade Panará, uma ligação forte com o que chamamos de a vida religiosa do grupo. As caçadas coletivas, imprescindíveis aos ritos de intercâmbio econômico e simbólico entre os clãs (Serkyuri), tornaram-se inviáveis no Parque Indígena do Xingu, devido à falta de caça. Este fato demonstra a importância do território tradicional na reprodução dos usos e costumes dos Panará.

O desejo em retornar ao território tradicional foi registrado por Megaron Txukarramãe da seguinte maneira: "(...) os

Kreen-Akarore sempre falaram do desejo de voltar para o Peixoto. Essa vontade aumentou quando aconteceu o conflito de abril de 1991, onde eles brigaram com trabalhadores de uma fazenda vizinha ao Parque, que acabou na morte de um peão e apreensão por parte dos índios das armas de fogo usadas para lhes ameaçar. A partir desses fatos, a Administração do Parque tem sido procurada pelos Kreen-Akarore para discutir a possibilidade do apoio para que eles voltem à sua antiga terra." (Megaron Tuparramãe - 1994:1).¹¹

Em Dezembro de 1991 os Panará percorreram a região de suas antigas aldeias. A descaracterização imposta ao meio ambiente pelos desmatamentos desordenados, assoreamento e poluição dos rios pelo garimpo e implantação de pecuária extensiva levou o grupo a se interessar pelas áreas ainda preservadas ao Norte da cabeceira do Rio Braço Norte e Rio Iriri A NE., na divisa entre entre os Estados de Mato Grosso e Pará. Das oito aldeias existentes em 1968, seis estão destruídas pelo garimpo ou ocupadas pelas fazendas de pecuária ou grupos de colonização.

No reconhecimento de seu território tradicional os Panará

¹¹ Para compreender a morte por vingança entre os Panará remeto a Odair Giralдин (1994). Segundo o autor há, entre as sociedades Jê "este processo de vingança como uma forma de compensar mortes ou perdas. Entre os Mebengokre, por exemplo, cada pessoa morta, por assassinato ou feitiçaria, deve ser vingada matando o seu agressor ou por substitutos." Continua o autor em nota de pé de página afirmando que: "Os Mebengokre podiam apaziguar brigas entre parentes indo matar um branco, isto é, em vez de vingar a morte internamente. Os Panará informaram que houve época em que cada morte por doença dos brancos era atribuída a feitiçaria interna, sendo o feiticeiro morto." (Giralдин, O. - 1994:46)

conseguiram localizar duas aldeias antigas. Uma delas localizada no Rio Nhandú. A outra situada entre as cabeceiras dos Rios Peixotinho e Iriri. Essa última se encontra em local onde não há qualquer tipo de ocupação, com a natureza preservada. Além disso, "(...) viram o estado bom da área para sua ocupação, pois existem rios limpos, como o Peixotinho e o Iriri (com muito peixe), caça e terra boa para abertura de roças. (...) localizaram cursos d'água com nomes existentes só na língua Krenakore, como o Rio Nansepotidi, onde os índios identificaram em suas margens antigas roças feitas pelos Krenakore." (Megaron Txukarramãe - 1994:2).

VIII - OCUPAÇÃO NÃO INDIGENA

Próximo à região onde estão situadas duas antigas aldeias Panará há uma casa habitada por Hilário Sangualli e sua esposa Hilma Pilloto. "Segundo as informações obtidas, o Sr. Hilário é capataz de um grupo de fazendeiros que estão iniciando um processo ilegal de ocupação das terras daquela região. Esse grupo possui membros, entre outros, pelo Sr. Antônio Guimaraes Ferreira, Antônio, filho de Sebastião e Fernando César Mendes, proprietários da Fazenda de Monte, estão com topógrafos trabalhando na região, para abrir picadas e demarcar lotes. Segundo o Sr. Hilário mesmo informou, eles planejavam abrir uma estrada nas proximidades da área visitada pelos Krenakore assim que acabasse as chuvas no ano passado." (Megaron Txukarramãe - 1994:2/3).

Há no Estado do Pará, incidente em território tradicional dos Panará, uma Gleba Militar (Decreto 83.240 de 7 de Março de 1979), destinado à instalação do "Campo de Provas das Forças Armadas", subordinada ao Estado Maior das Forças Armadas - EMFA, formada a partir de porções das Glebas Curuaés, Remanescente, São Benedito, Cururu e Cachimbo, com uma área aproximada de 3.907.200 ha. (Ver documento anexo)¹².

Além disso, a incidência da Terra Panará sobre a Gleba Iriri e a Gleba no Cachimbo ocorre parcialmente. Na Gleba Iriri, segundo o INCRA, não há qualquer projeto de assentamento previsto para ser implantado. Segundo relatório do INCRA: "A Gleba Iriri apesar de pertencer ao Patrimônio da União desde 1980, nunca foi objeto de qualquer destinação, exceto aquela área destinada ao reassentamento de proprietários e posseiros afetados pela expansão das reservas indígenas Pimentel Barbosa e Parabubure (...)." (Ver Relatório de Viagem - Ordem de Serviço - INCRA/SR/13/No.047/94, pg.7 - Conclusão). A Terra Panará incidente sobre a Gleba Iriri não alcança nenhuma ocupação efetuada pelo INCRA ou por particular de maneira legal. Mais ainda, a Gleba Iriri vem sendo alvo de grileiros, conforme denúncia e conhecimento do próprio INCRA, da Polícia Federal e do

¹² Há, nos limites da Gleba Militar, uma proposta para a criação do Parque Estadual da Chapada do Cachimbo, localizado no município de Altamira, protegido na forma de unidade de conservação. Predomina nesta área um tipo raro de cerrado, constituindo um biótipo individualizado da Amazônia. Localizam-se nesta unidade de conservação as nascentes formadoras do Rio Peixoto de Azevedo, componente da bacia do Teles Pires, onde a ocupação humana é mais intensa.

Ministério Público Federal. (Ver Documento Audiência Pública do Congresso Nacional).

A identificação da Terra Panará efetuada pela FUNAI (Portarias No. 0834/94 - PRES de 19 de Setembro de 1994 e 0910 de Outubro de 1994), constatou a ausência de ocupantes, verificando, entretanto, início do processo de grilagem, já denunciado pela FUNAI, segundo relatório do Administrador Regional do Xingu/FUNAI Megaron Txukarramãe e documentado pelo Grupo de Trabalho responsável pela Identificação e Delimitação da Terra Indígena Panará - FUNAI.

Nesse sentido, torna-se desnecessário o levantamento fundiário, uma vez que não há ocupação ou quaisquer benfeitorias a serem inventariadas para efeito de reassentamento e pagamento de indenizações. Além disso, considerando que a Terra Panará constitui Patrimônio da União, não se impõe, por mais esta razão, a realização do levantamento fundiário.

IX - CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DA ÁREA

O município de Guarantã foi desmembrado do município de Colider em 1986. Localiza-se no extremo norte do Estado, na divisa entre Mato Grosso e Pará. Esta região situa-se na unidade geotectônica chamada Escudo Brasileiro e está representada pelo Cráton de Guaporé.

No extremo norte de Mato Grosso confrontante com o Estado do Pará, entre os cursos dos Rios Xingu e Tapajós, ergue-se a Serra

do Cachimbo, de relevo residual, constituído por um Chapadão quartzítico, com solo arenoso, ocupando sua maior extensão no Estado do Pará. (IBGE - 1977:9).

De modo geral, a vegetação da área é variada, sendo representada por sete tipos de formações vegetais: 1) Floresta Perenenifólia Higrófila Hileiana Amazônica - corresponde a um "prolongamento da que ocorre nas regiões mais úmidas da Região Norte. Ela é assinalada no noroeste do Estado do Mato Grosso, desde o Rio Teles Pires a leste, alcançando seus limites meridionais na Reserva Florestal do Juruena (...)" 2) Floresta Subcaducifólia Amazônica - possui características da Floresta Hileiana sendo uma vegetação de transição, ocorrendo no extremo norte do Mato Grosso e bacia do Guaporé. Sofreu tardiamente a ação do desmatamento feito, atualmente, com grande intensidade devido à presença de empreendimentos agropecuários caracterizado por grandes trechos de florestas devastadas e substituídas por pastos ou culturas. 3) Floresta Estacional Subcaducifólia Tropical - corresponde às manchas de mata tropical em áreas predominantemente de cerrado. 4) Cerrados - formação característica do Região Centro-Oeste apresenta diversas facies de formação vegetacional. Estima-se que a ocorrência dos Cerrados seja de 1500 Km quadrados. Para todo o território brasileiro esta estimativa sobe para 2000 Km quadrados. 5) Campos - correspondem à manchas em meio ao cerrado, não ocupando grandes extensões contínuas e ocorrendo em superfícies planas e altas. 6) Complexo do Pantanal. 7) Complexos do Cachimbo e do Xingu - ocorre no

extremo "norte de Mato Grosso, na confrontação com o Estado do Pará, entre as vertentes do Xingu e do Tapajós, ergue-se a "serra" do Cachimbo, que é um relêvo residual, constituído por um chapadão quartzítico, longo e estreito, de solo arenoso e pobre, ocupando diminuta fração de território mato-grossense e maior extensão no Estado vizinho." Sua vegetação é representada por três tipos: arbóreo, subarbustivo e gramineo-herbáceo. Este último representado por espécies típicas das plantações de pastagens ou de rebrotas típicas das queimadas frequentes na região, sobretudo, nas áreas ocupadas por madeiros e ou garimpeiros. (IBGE - 1977:61/81).

O clima da região é equatorial (quente e úmido), com temperatura média anual de 26o.C e máximas de 36o.C. A média de pluviosidade da região é de 2.500 mm, principalmente, entre os meses de Dezembro à Março, representando mais de 45% do total anual. (IBGE - 1977:38/54).

X - CONCLUSÃO E PROPOSTA PARA A TERRA INDIGENA PANARA

O caráter dinâmico da cultura "expõe" sociedades humanas à transformações constantes. No caso dos Panará, a história do contato, com conseqüências quase fatais para o grupo - À época do contato estima-se que sua população era de 600/700 pessoas passando, dois anos depois, para apenas 79 - obrigou-os a reelaborar suas instituições, como forma de sobrevivência física e cultural, ante o desafio de ter que viver em território alheio.

com ecossistema desconhecido e desprovido das espécies a que estavam culturalmente habituados e dependentes de outros povos considerados tradicionalmente inimigos.

No processo civilizatório perpetrado pelo mundo ocidental, a geopolítica do Estado brasileiro se impôs como conquista territorial (ocupação dos chamados "espaços vazios") e como definição de fronteiras. As estradas - Br 165 e Br 080 - que cortaram seu território tradicional, o contato e a subsequente transferência para o Parque Indígena do Xingu, resultaram na quase extinção da sociedade Panará. Além disso, marcaram de forma acentuadamente desarticuladora o tecido social, produzindo ambivalências e rupturas nos referenciais da cultura.

Não obstante o desastre a que se viram submetidos, com incrível acuidade têm tentado se refazer do impacto: reorganizaram-se em uma aldeia e retomaram os referenciais fundadores e organizadores do ethos Panará, mantendo-se como povo diferenciado e único no universo multiétnico e polissêmico do Parque Indígena do Xingu. Por razões culturais (sistema de parentesco, ritos e mitos, cosmovisão), o contexto Xinguanó não foi por eles assimilado, gerando, de modo crescente, ao longo dos anos subsequentes à transferência, um sentimento de povo em diáspora.

Ainda que transformados pelas circunstâncias devastadoras do contato, estabeleceram um projeto de reconstrução social que privilegia o retorno a seu território tradicional, passando desta forma, de agentes passivos a produtores ativos de sua própria

história. "A transferência não foi uma decisão ponderada do grupo, mas um recurso emergencial, em momento de profunda crise e agudo desequilíbrio físico e social, arbitrariamente imposto a eles. Não é de surpreender que o tema da volta à terra tradicional venha sendo uma constante durante toda a permanência dos Panará no Xingu." (Schwartzman, S. - 1988:104).

A partir de 1988, a Constituição Federal, Capítulo 8, artigo 231, declarou que "são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os "direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens." O artigo 232 acrescentou que "os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo." Baseados nestes preceitos, os Panará começaram a reivindicar seu território tradicional, de onde foram violentamente expulsos.

A proposta territorial aqui indicada tem a anuência dos Panará e se pautou por estudos realizados em campo, por uma exaustiva consulta à literatura antropológica e histórica a eles relacionada, distinguindo critérios históricos, culturais e ecológicos, definidores de uma terra "tradicionalmente indígena."

As fontes históricas e arqueológicas disponíveis, além das informações sobre a tradição Panará, comprovam que a área por eles reivindicada foi ocupada em tempo recente e no presente, consistindo dever do Estado reintegrá-los em seu território

tradicional. O fato de os Panará terem sido transferidos não lhes retira o direito à terra tradicional posto que, a interrupção da posse, não foi um ato de volição. Além disso, a terra reivindicada pelos Panará é patrimônio da União, não se impondo, portanto, a realização do levantamento fundiário.

O ecossistema da área que reivindicam, diferentemente do lugar onde vivem hoje em dia, está pleno de mananciais de caça, de pesca e de coleta, além de uma flora diversificada e referenciadora para a reprodução de sua vida ritual, para a afirmação de seu ethos e fundamental na recuperação de sua autodeterminação.

Vale ressaltar, finalmente, que a demarcação da Terra Panará constituirá garantia de que este território, ainda não devastado, venha a ser objeto de apropriações territoriais contrárias aos seus interesses, tais como a grilagem, a exploração ilícita de madeira, o garimpo, a Gleba Militar em território de utilização nativa, cujo intrusamento causaria, outra vez, graves transtornos aos Panará. Mais ainda, por se localizar em região formadora de rios e divisores d'água (as nascentes do Rio Iriri se encontram no interior da Terra Panará), torna-se de fundamental importância sua preservação, mantendo-a livre das atividades de exploração predatória acima citadas.

BIBLIOGRAFIA

- Arendt, Hannah. - 1990 - DA REVOLUÇÃO. Editora Atica & Editora da UnB, 1a. Edição.
- Arnaud, Expedito. - 1972 - A Ação Indigenista no Sul do Pará (1940-1970). Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Pará.
- Baruzzi, R.G. et alii. - 1977 - The kren-Akarore: A Recently contracted Indigenous Tribe. Report from CIEA Foundation Symposium, 49. Health and Disease in Tribal Societies.
- Boletim Informativo FUNAI - 1972 - KREEN-AKARORE - VILLAS BOAS AGUARDAM PACIENTES O DIA DO ENCONTRO. IV Trimestre, No.5. Ano II. FUNAI. Brasília.
- Boletim Informativo FUNAI - 1973 - ANTROPOLOGOS ESTUDARÃO OS KREEN -AKARORE. Ano II, No.8, III Trimestre. FUNAI, Brasília.
- Campinas, Antonio de Souza. - 1971 - Relatório de Todos os Andamentos Junto o Bo.BEC. Arquivo FUNAI/Brasília.
- 1973 - Plano de Ação do Sertanista Campinas na Área de Atuação do Posto de Atração Peixoto de Azevedo. Arquivo FUNAI/Brasília.
- Chapelle, Richard. - 1982 - Le Cri des Indiens - l'Annonie d'un Peuple. éditions Flammarion, França.
- Cowell, Adrian - 1973 - The Tribe that Hides from Man. The Bodley Head, London.
- Coudreau, Henri - 1979 - VIAGEM AO TAPAJÓS. Editora Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Dallari, D.de Abreu. et alii - 1981 - A Questão da Terra Indígena. Cadernos da Comissão Pró-Índio/SP, No.2, São Paulo.
- Franchetto, Bruna. - 1987 - Laudo Antropológico: A Ocupação Indígena na Região dos Formadores e do Alto Curso do Rio Xingú. Arquivo FUNAI/Brasília.
- Giraldin, Odair - 1974 - CAYAPÓ E PANARÁ. Luta e Sobrevivência de um povo. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas. Mimeo.
- Heelas, Richard H. - 1979 - The Social Organization of the Panará a Ge Tribe of Central Brazil. Dissertação de Doutorado. St. Catherine College, Oxford University, Inglaterra. Mimeo.
- Hemming, John. - 1978 - RED GOLD: THE CONQUEST OF THE BRAZILIAN

INDIANS. The Camelot Press LTDA. E.U.A.

Heringer F., Ezequias Paulo. - 1974 - Relatório do Técnico Indigenista Ezequias Paulo Heringer Filho, Lotado na Frente de Atração Peixoto de Azevedo. Arquivo FUNAI/Brasília.

IBGE - 1977 - GEOGRAFIA DO BRASIL - Região Centro-Oeste, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro.

Informativo FUNAI - 1974 - s/título. Ano III, Nos.9/10, IV Trimestre, FUNAI, Brasília.

Informativo FUNAI - s/d - IMPrensa considera atração obra do século. Ano III, Nos.11/12, FUNAI, Brasília.

Informativo FUNAI - 1975 - KREENAKARORE E TXUKAHOMAE HABITAM AGORA A MESMA ALDEIA. II Trimestre, No.14, Ano IV, Setembro, Brasília.

Lowie, R.L. - 1946 - The Northwestern and Central Ge. Handbook of South American Indians. Smithsonian Institution, Washington.

Lucena, Eliana. - s/d - KREEN-AKARORE: ORENASCIMENTO DE UMA TRIBO. Atualidade Indígena, No.23, FUNAI, Brasília.

Marcopito, Luiz F. - 1979 - AMARGA RENUNCIA A TERRA DE ORIGEM. Revista de Atualidade Indígena, Ano III, No.19, Nov/Dez, FUNAI, Brasília.

Meireles, Apoena. - 1979 - KREEN-AKARORE - O DIFÍCIL CONTATO. Revista de Atualidade Indígena, Ano III, No.18, Set/Out, FUNAI, Brasília.

Nimuendajú, Curt - 1982 - TEXTOS INDIGENISTAS: RELATORIOS, MONOGRAFIAS, CARTAS. Edições Loyola, São Paulo.

Novaes, Washington. - 1985 - Xingu Uma Flecha No Coração. Editora Brasiliense, São Paulo.

Oliveira, Acary de Passos. - 1976 - Roncador-Xingu: Roteiro de uma Expedição. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

Parisi, Fiorello. - 1975 - Relatório das Atividades Finais da Frente de Atração Peixoto de Azevedo. Arquivo FUNAI/Brasília.

- 1975 - Relatório Parcial. Belém, Arquivo FUNAI/Brasília.

Parise, Valéria. - 1974 - Relatório sobre os Índios Kreen-Akarore. Arquivo FUNAI/Brasília.

Pohl, Johan Emmanuel - 1951 - VIAGEM AO INTERIOR DO BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional do Livro.

Rio de Janeiro.

Puttkamer, W. Jesco - 1975 - BRAZIL' KREE-AKARORES REQUIEM FOR A TRIBE ? National Geographic, Vol.147, No.2, Fevereiro.

Relatório de Viagem - 1992 - Construção Usina Hidroelétrica do Rio Braço Norte, Ordem de Serviço No.130 de 18/11/92, ADR de Cuiabá.

Saint-Hilaire, Auguste - 1944 - VIAGEM AS NASCENTES DO RIO SÃO FRANCISCO E PELA PROVINCIA DE GOIAS. Tomo II, Brasiliana, Companhia Editora Nacional.

Schwartzman, Stephan - 1988 - THE PANARA OF THE XINGU NATIONAL PARK: THE TRASFORMATION OF A SOCIETY. Dissertação de Doutorado, University of Chicago, Chicago, E.U.A. Mimeo.

- 1992 - OS PANARA DO PEIXOTO E CABECEIRA DO IRIRI: HISTORIA, CONTATO E TRANSFERENCIA AO PARQUE DO XINGU. Laudo Antropológico. Mimeo.

Verswijver, Gustaaf. - 1973 - DE REUZENINDIANEN VAN BRAZILIE: DE KRANHACARORE. Natuurur Wereld, Ago/Set, No.8.

- 1985 - Considerations on Mekrãgnoti Warfare. Doctoral Dissertation. Rijks University, Gent, Belgium.